

**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

# **ATA N.º 16**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**18 DE DEZEMBRO DE 2020**

**APROVADA POR UNANIMIDADE**

**NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/02/2021.**

M.  
Pedro  
[Signature]

hi  
Pedro  


-----Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas 09h30, no Cineteatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 - Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 25 de Setembro de 2020;-----

1.2 Informação de Correspondência;-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

**2 – Período da Ordem do Dia:** -----

• **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013]; -----

• **Ponto 2** – Proposta – Aumento da Taxa de Gestão de Resíduos; -----

• **Ponto 3** - Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias Sustentáveis de Torre de Moncorvo; -----

• **Ponto 4** – Regulamento Municipal de Tarifa Social e Tarifa Família Numerosa de Abastecimento, de Saneamento e Resíduos Sólidos do Município de Torre de Moncorvo;

• **Ponto 5** – Acordo; -----

• **Ponto 6** – Repartição de encargos de empreitadas, prestação de serviços e fornecimento de bens; -----

• **Ponto 7** – Autorização para Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2021; -----

• **Ponto 8** – Documentos Previsionais para o ano 2021 – Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Mapa de Pessoal; -----

• **Ponto 9** - Apreciação e prestação de esclarecimentos relativos à Contratação Pública no Município de Torre de Moncorvo e o seu enquadramento legal; -----

• **Ponto 10** – Município de Vinhais – Moção contra a Falta de Ligação Transfronteiriça entre Macedo-Vinhais-Gudiña. -----

**3 – Período de Intervenção do Público.** -----

14  
Pedro



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais-----

-----Horácio Madaleno – Tesoureiro da Freguesia de Horta da Vilariça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----Dulce Cavalheiro – Tesoureira da Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

----- António Eduardo Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

----- Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis.-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos

Castelhanos;-----

M  
Pedro  


Verificou-se a presença de vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**Constituíram a Mesa:** -----

**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Lucinda João Afonso Carpinteiro**– 2.ª Secretária.-----

-----A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro.-----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bom dia a todos. Vamos, então, dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020. -----

Estão presentes vinte e cinco membros, temos quórum. -----

Sendo assim, iríamos passar ao Período de antes da ordem do dia. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---

**PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.** -----

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Entrou o Sr. Deputado Pedro Pereira, e o Sr. Deputado António Júlio Sá Andrade. Portanto, neste momento só falta o Sr. Deputado Adriano Martins. -----

Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 1.1. Não há inscrições? Passaríamos, então, à votação. Há membros que não podem votar, de acordo com o CPA, porque não estiveram presentes, e portanto, não se pronunciam.-----

14.  
Pedro

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, dos membros presentes na reunião anterior, **aprovar a “Ata da sessão ordinária de 25 de Setembro de 2020”**.-----

---

---

**PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 270/2020 a 409/2020 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Informação de correspondência que está ali para ser consulta, como habitualmente. -----

Chegou o Sr. Deputado Adriano Martins. Portanto, temos vinte e oito deputados, não há faltas. - De qualquer forma, eu queria fazer referência só a dois documentos. Um deles é um ofício que me chegou, penso que da Prof.<sup>a</sup> Adília Fernandes, sobre o património da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo. Depois encaminharei também para todos os Srs. Deputados este ofício, em que ela faz uma exposição sobre algumas situações do património. -----  
Outra situação é que o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues Aires, no outro dia, pediu um esclarecimento relativamente ao pagamento das ajudas de custo, da eleição dos membros da CCDRN. Face às dúvidas levantadas, foram pedidos à DGAL esclarecimentos sobre a situação. Logo que cheguem, serão comunicados aos Srs. Deputados. Foi pago um valor, e está em dúvida se o outro valor pode, ou não, ser pago. Face à dúvida, foram pedidos esclarecimentos à DGAL. Logo que eles cheguem, será comunicada a resposta, num sentido, ou noutro. Se for negativo, evidentemente está o problema resolvido; se a resposta for positiva, ou seja, terem direito a receber, depois serão notificados os Srs. Deputados para entregar a respetiva documentação, para se proceder ao pagamento respetivo. -----

---

---

**PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.** ----

---

---

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho** (PS), **Maria Amélia Madaleno Cabeleira** (PS), **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PPD-PSD/CDS-PP), **João Miguel Pinto Pavão** (PS) e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PPD-PSD/CDS-PP). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições para os Srs. Deputados que pretendam falar neste ponto. Penso que estão inscritos os Srs. Deputado: Em primeiro lugar, o Sr. Deputado António Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e demais vereadores, Sras. e Srs. Deputados, estimado público aqui presente: -----

Uma vez mais, reconhecemos o esforço despendido pela Câmara Municipal com as subsequentes consequências económicas em prol dos munícipes, desde logo no apoio social, na saúde, na educação, na reabilitação e requalificação de outros espaços urbanos, como também no combate à pandemia, num ano extraordinariamente atípico e problemático, no que à planificação e concretização de atividades diz respeito, e se torna difícil de gerir. -----

Temos por norma e coerência política que os objetivos de uma Oposição se devem pautar por crítica construtiva, apresentando alternativas quando necessário, mas também pelo reconhecimento do que é feito, as circunstâncias, e em que condições são desenvolvidas as ações realizadas para bem do concelho. -----

Muito mais poderia ser feito, de forma diferente, com outras opções políticas estruturantes? Obviamente que sim. Esperamos, pois, Sr. Presidente, que no próximo ano, e de acordo com a apresentação de um ambicioso, quiçá a prenunciar um ano eleitoral, e não querendo ser descrente, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais que nos apresenta, que a sua concretização seja possível. -----

Registamos com agrado o início da extração do minério de ferro, embora não se faça sentir para já a sua dinâmica no desenvolvimento local. Estou certo, porém, que a curto e médio prazo será uma realidade. Porém, preocupa-nos o processo em que será feito o transporte do minério, pois tanto quanto sabemos, será em camião, por estrada, até ao Pocinho, o que acarretará consequentes danos no pavimento e encargos económicos para a sua manutenção. Será que esta situação foi salvaguardada pela Câmara? -----

Gostaríamos ainda de fazer algumas observações e obter respostas concretas. Para quando está prevista a finalização das obras de requalificação da Escola Dr. Ramiro Salgado? Parecem-nos algo atrasadas, e com as dificuldades e transtornos inerentes às mesmas, associados à situação atípica por todos conhecida, é urgente que os prazos de conclusão sejam cumpridos, para que possamos ter condições condignas de ensino e bem-estar de toda a comunidade educativa. -----

Sr. Presidente, já chamámos à atenção em reuniões anteriores desta Assembleia para a limpeza das ruas, nomeadamente no período outonal, em que há mais folhas caídas, e que não sendo apanhadas com regularidade, aquando das chuvas entopem as sarjetas, com óbvias

inundações. É curioso que a empresa prestadora deste serviço, no período de verão, o faz quase dia sim, dia não; o mesmo não acontece quando é mais necessário. Concretamente, refiro-me às ruas situadas na parte mais alta da vila, aquela onde residimos, e como tal, das que mais conhecimento presencial temos. Não raras vezes somos nós que andamos a desobstruir duas ou três sarjetas mais próximas da nossa habitação. Alertamos para que seja responsabilizada e chamada à atenção da empresa respetiva, pois o que os munícipes pagam por este serviço não é correspondido na prática. -----

Ficamos também algo perplexos ao tomarmos conhecimento da intenção do projeto que pretende ligar as duas margens do Rio Douro, entre o Museu do Côa (Vila Nova de Foz Côa) e o Auto da Barca (Peredo dos Castelhanos, Torre de Moncorvo) através de uma ponte pedonal, e que segundo é referido, será a maior ponte pedonal suspensa do mundo. Parece-nos um projeto demasiado arrojado, para não dizer megalómano, embora o desconheçamos em pormenor, não só em termos da sua construção e localização, mas também pela dificuldade na transposição associada à forte deslocação de vento, que por certo seria perigoso, dificultando, e muito, a sua passagem. Será que compensa o investimento numa região infelizmente cada vez mais despovoada? Será viável, económica e turisticamente, este projeto? Qual o seu financiamento? Que encargos terá para a autarquia? -----

São estas dúvidas que gostaríamos de ver respondidas, dentro do possível, Sr. Presidente. ----  
Muito obrigado. -----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra à Sra. Deputada Amélia Cabeleira. -----

-----**A Deputada Maria Amélia Cabeleira:** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e digníssimos Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Exmo. Público: -----

O que me trouxe aqui para a minha intervenção nesta Assembleia prende-se com um assunto relativo à agricultura na nossa região. Todos nós sabemos que aqui não há fábricas nesta nossa região, e a atividade predominante e o sustento das grandes famílias é basicamente a agricultura. Queremos o seu apoio, Sr. Presidente, para que a agricultura na nossa região tenha seguidores, vivamos condignamente e seguros, casais jovens e com garra para o trabalho. E isto por quê? Porque o período de tempo em que a niveladora trabalhou em Urros e Peredo esgotou-se de tal forma – a área geográfica assim o determina – e aquilo que pretendíamos realizar nas mesmas freguesias ficou muito aquém do pretendido. Muitas pessoas vieram ter com elementos da minha Junta de Freguesia, demonstrando muito descontentamento, porque não supriram as suas necessidades. -----

É nesse contexto, Sr. Presidente, que vinha sugerir a V. Exa. a aquisição de uma nova niveladora para todos os caminhos vicinais das freguesias do nosso concelho, porque o gado ovino e caprino está reduzido e eram, anos atrás, as grandes sapadoras de arbustos excessivos dos nossos campos agrícolas. -----

É também do conhecimento geral que o Sr. Presidente foi o único a ter sensibilidade neste setor, o setor agrícola, já que no passado apoiou a agricultura, nomeadamente a eletrificação do Douro. Gostaríamos, Sr. Presidente, que continuasse a fazê-lo, para o bem-estar de todos nós. E já tenho aqui até orçamentos de máquinas, e tudo. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Mesa, Executivo, Srs. Deputados, estimado público. -----

Quero dar um alerta ao Executivo, que na Avenida dos Bombeiros Voluntários existe um poste de eletrificação em risco de queda. É de notar que na entrada da vila já caiu um poste. -----  
E ainda dar um alerta da continuação das consultas e venda na via pública de aparelhos auditivos. Eu já alertei para esta situação noutra Assembleia, e isto é recorrente, de dois em dois meses continua esta situação a manter-se. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão. -----

----- **O Deputado João Pavão:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, funcionários do Município, Presidentes de Junta, Srs. Deputados, estimado público, muito obrigado pela vossa presença. -----

Primeiramente, agradecer aos Presidentes de Junta do nosso concelho pela luta face à pandemia, assim como o apoio diário direto às pessoas da vila e das aldeias do nosso concelho, que necessitam de um apoio institucional, face à pandemia. -----

Assim, e considerando as mais recentes notícias, solicito também ao Sr. Presidente da Câmara se nos pode esclarecer se sabe como a campanha de vacinação vai decorrer, se o Governo, ou a Associação de Municípios, ou a Associação Nacional de Farmácias estão a considerar o nosso Município, e qual vai ser o papel do Município na campanha de vacinação. Julgo que esta é uma pergunta importante, porque todos nós queremos saber como esta campanha vai decorrer. -----

Desde os trabalhos da última Assembleia até à de hoje, saudar a inauguração do parque inclusivo no Bairro Olival das Bolas, que foi oriundo de um Orçamento Participativo, algo que sempre abordámos nesta Assembleia, e é sempre positivo verificar que existe a envolvimento das pessoas na execução de projetos da Câmara Municipal. -----

Hoje também trago aqui uma petição, que não será para discutir nesta Assembleia, será somente para alertar, tive oportunidade de avisar o Sr. Presidente da Câmara sobre esta situação, isto é uma iniciativa dos moradores do Bairro do Santo Cristo, que alertam que na Avenida dos Bombeiros – e depois, acho que o resto da avenida se chama Rua Dr. Armando Martins Janeira, ou seja, é a rua adjacente aos blocos – os moradores estão a pedir que sejam colocadas lombas, ou redutores de velocidade, porque dizem que há ocorrências de quase atropelamentos e paragens bruscas junto às passadeiras. Portanto, esta petição tem já cerca de cem assinaturas, eles ainda estão a recolher, e farão chegar aos serviços da autarquia. -----

Deixar aqui também uma consideração, que nos últimos dias tivemos uma reportagem sobre os Lagos do Sabor, que é importante para a captação turística, que passou no “Boa cama, boa mesa”, da SIC, e isso é resultado do investimento que houve na barragem, nas acessibilidades, e são esses investimentos que podem trazer o turismo e as pessoas ao nosso concelho. -----

Eram estas as perguntas que queria deixar ao Sr. Presidente. -----

Muito obrigado. -----

----- **O Presidente de Mesa:** Obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. Prescinde da palavra? O Sr. Deputado prescinde. Então, o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos. -----

Na última intervenção, falou-se do parque inclusivo do Olival das Bolas, também houve, nesse mesmo projeto, um campo de basquetebol, e gostaria de saudar o Município, já que normalmente no desporto só se apoia o futebol, e pela primeira vez desde há longo tempo que se apoia outra modalidade sem ser o futebol. -----

Ainda da atividade municipal, gostava de salientar o lançamento da campanha de natal “Vivo aqui, compro aqui”. No início, eu pensei que só fosse no âmbito da Covid, gostava que o Sr. Presidente pudesse explicar se irá continuar para os próximos anos, ou não. -----

Sr. Presidente e Executivo no geral, quando se candidatou ao primeiro mandato, no seu programa falava da abertura das minas, falava de fazer uma fluvina no Douro, falava do Centro Logístico da Junqueira, posso incluir também o projeto de irrigação para o planalto de Urros, Peredo e Maçores, que não estava nesse documento, no programa eleitoral de há oito anos, mas gostava de saber qual é o ponto de situação dessas quatro obras. -----

Além disso, gostava de saber quais as medidas Covid que ainda tem projetadas, ou na ideia de implementar no nosso concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre as questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente e membros da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. Deputados, e neles cumprimento também os Srs. Presidentes de Junta, aos colegas do Executivo, às Sras. Funcionárias e Srs. Funcionários que aqui estão, e o público, que também é sempre agradável ter nas sessões destas Assembleias Municipais, porque denoto que há preocupação na participação. -----

Quanto às questões que foram levantadas ao Executivo, e tentando responder de uma forma telegráfica e perfeitamente perceptível, Sr. Deputado Eduardo, quanto à questão que colocou sobre as minas, obviamente que não vou escamotear que é uma preocupação o transporte do minério, se bem que temos aqui duas situações, como deve saber: há uma parte logística, que é na zona industrial, onde será feita a transição dos ditos camiões de serra de exploração, e depois, para camiões que sejam de estrada. Já estão as obras a decorrer, a plataforma está a ser preparada, penso que neste momento até já estarão na fase de vedação da própria plataforma. E aí, como eu estava a dizer, é onde será feito o transporte dos camiões, e colocados noutros, para poderem circular na estrada. -----

Mesmo assim, é preocupante. O primeiro processo que foi colocado nas diversas entidades do ambiente, nomeadamente a APA e o ICNF, coordenado pela CCDR, era através de uma plataforma que, na altura, era desenvolvida por uma marca conhecida de pneus, era uma plataforma que ligaria até ao Pocinho e que fazia todo o lombo da Serra de Sequeiros, e sairia num local a que se chamou de uma plataforma intermodal, que serviria para barcos e para o transporte também ferroviário. -----

Não sei se sabem, mas estou agora a informar a Assembleia, a APDL – Administração dos Portos de Leixões e Viana, neste caso, o que está a negociar com proprietários do concelho é a aquisição de terrenos para fazer esse porto intermodal, digamos, onde será colocada toda a parte respeitante ao minério. Fica, para termos uma perceção, muito próximo da Quinta do Rego da Barca, é aí que a APDL, juntamente com os outros organismos públicos, estão a resolver essa situação. Continuamos é com as previsões que já tínhamos, quer do impacto ambiental, quer a DIA, tiveram discussão pública, que é o transporte. O transporte até lá, tendo sido chumbada a plataforma que iria levar o minério, passou a ser única e exclusivamente pela parte rodoviária. Não é aquela que nos agrada mais – aliás, na altura tivemos ocasião de dizer isso – há diversas contrapartidas, nomeadamente a construção, por parte do concessionário, que se

obriga desde a Quinta do Coricacho – para todos termos esta noção – até à parte em que se faz a interseção da estrada que liga ao IP2, de construir aí um viaduto, por forma a que não entre propriamente nas ruas da sede do concelho. Isso está na própria DIA, é uma das obrigações da empresa. -----

Paralelamente a isto, poderá haver ainda a recuperação dessa tela, a partir da segunda fase. E aí, estamos a falar ali entre as Quintas da Nogueirinha, que poderá ser tratado também neste projeto mineiro, mas é uma segunda fase, e aí sim, podemos ter outra vez a discussão das tais telas. -----

Mas, resumindo, neste momento o que temos é a retirada com os camiões de exploração até à zona industrial, e depois com camiões mais leves e de rodado de estrada. Portanto, isso foi salvaguardado e foi acompanhado pelas próprias entidades, nomeadamente a APA e o ICNF.-- A Escola Dr. Ramiro Salgado tem o término previsto em 2021. Houve, como sabem, uma série de limitações, primeiro com o concurso que ficou deserto, depois com a adenda ao próprio contrato com o Ministério da Educação, e nós, quando fizemos o primeiro contrato, era de cerca de dois milhões de euros (2.000.000€), a adenda foi com mais um milhão (1.000.000€), são cerca de três milhões de euros (3.000.000€), porque só dessa forma é que conseguíamos fazer a obra, porque os concursos ficaram desertos. -----

Mesmo assim, a Câmara decidiu, e o Executivo, e os Srs. Deputados também, que tiveram conhecimento disso, avançar com estas obras, mesmo quando o acordo com o Ministério da Educação ainda não tinha sido publicado para os sete e meio por cento (7,5%) que correspondem ao Ministério. E mesmo assim, nós assumimos que, caso houvesse necessidade de ser a Câmara a assumir e a suportar, não só a sua participação nacional, mas também a do Ministério, o faria. Para terem uma ideia, só foi publicado há cerca de três semanas, e já andamos em obra quase há um ano, assim grosso modo. -----

Portanto, há outras situações na própria escola, aproveitarmos o termos o gás natural para o gás natural ir para a escola também, porque acredito que seja uma forma de poupança, e portanto, é mais um aspeto que quero salientar, e espero – espero mesmo, sinceramente – que nomeadamente a cantina possa estar pronta no decorrer destas férias, para se conseguir iniciar o próximo ano. O mais tardar, que seja nos primeiros quinze dias do próximo ano letivo. E depois, se conseguirmos, passar para o segundo pavilhão. Mas, era uma oportunidade que era agora, ou nunca mais a tínhamos. E a Câmara, obviamente, com meios próprios, não tinha esta possibilidade de conseguir esta obra. E portanto, estamos a falar de uma obra de três milhões de euros (3.000.000€), que tenho a certeza que vai dar desde logo outra dignidade à escola, e outros meios de melhorarmos o trabalho, quer de docentes, quer de discentes, quer de funcionários. Espero é que este prazo não derrape muito, se bem que – volto a dizer – nós estamos com um ano de atraso porque no primeiro acordo que tivemos, ficou aquém das

necessidades. E depois, com o reforço das verbas que houve para a CIMDouro é que as seis escolas que estavam programadas nos dezanove Municípios – e depois, entraram mais duas – se conseguiu a reprogramação e a inclusão do tal milhão de euros a mais, que era o que faltava aqui à Escola Dr. Ramiro Salgado. -----

Portanto, até 31 de dezembro de 2021, o empreiteiro que ganhou está dentro do prazo, e os técnicos do Município obviamente estão a acompanhar. -----

A limpeza das ruas: a limpeza das ruas é recorrente – eu agora vinha e passei pela varredoura, que estava a varrer as folhas. É complicado, porque de um dia para o outro fica uma série de folhas logo nas estradas. E eu, quando o Sr. Deputado me estava a interpelar, fiz questão de enviar ao Secretário Executivo da Associação de Municípios, porque é um concurso para os diversos Municípios da Associação de Municípios do Douro Superior. Ou seja, a Câmara, neste caso, é um pagador de serviços, por forma a que haja um bolo, digamos assim, que seja mais compensatório para todos os Municípios. Nós entrámos com três Municípios, e neste momento está a ser alargado a seis Municípios, por forma a que haja uma uniformidade na limpeza intermunicipal. Eu tomei nota disso, e farei chegar ao Sr. Secretário Executivo da Associação de Municípios, a dizer que, efetivamente, a prestação de serviços de limpeza não está de acordo com o caderno de encargos, e para terem algum cuidado, e para terem também alguma fiscalização. -----

O Sr. Deputado não falou, mas vamos entrar naquele período também que é complicado para todos os Municípios que estão na Associação, que é a substituição dos ditos caixotes do lixo. Nós continuamos, e é recorrente, todos os anos, e são alguns milhares de euros, com as cinzas nos caixotes do lixo, é um problema. Mesmo com os dísticos que se colocam, não conseguimos debelar esse problema, e são prejuízos para as Câmaras, que, obviamente, também temos, de alguma forma, de suportar. -----

Quanto à ponte pedonal, nós estamos aqui num paradigma diferente, e o que vamos discutir com o Orçamento é feito nesse paradigma. Nós estamos a encerrar um quadro de apoio comunitário, e vamos iniciar outro, que é o 2021-27. A correr bem, e dentro da perspetiva do que foi este 2020, vamos iniciar candidaturas com dois anos de atraso – ou seja, em vez de ser em 2021, vamos começar em 2023, porque foi sempre assim, Portugal consegue boas execuções nos últimos anos, não é no início, porque nunca temos nada preparado. Eu espero – e desta forma, alguns dos planos e projetos que nós apresentámos já têm projeto ou anteprojetado, e eu acho que esse projeto, ou esse anteprojetado – que é um anteprojetado preparado, e que terá que ter diversas entidades, e não será fácil, eu assumo aqui que não será fácil, mas que poderá fazer uma interligação única – que é essa a nossa intenção – que são quarenta e dois quilómetros, e duzentos e cinquenta metros, que é o necessário, em termos de passadiços e de percursos que já existem, para ligar os Lagos do Sabor ao Douro, e ligar o Douro ao Museu do Côa. Eu acho

que quando falamos desta reversão demográfica, temos de pensar que temos que dar algo diferente, para melhor, também aos nossos concelhos. Felizmente, ouvimos falar do Douro, dos milhões do Douro, mas não ouvimos empresários dos concelhos limítrofes do Douro – e retiro daqui a Régua, em Peso da Régua, o Pinhão, em Alijó, parte em Lamego, e a cidade do Porto – não vemos ninguém dizer que este fluxo de navios que aqui trouxeram trouxe riqueza para os territórios. Pelo contrário, se forem falar com os agricultores, o que os agricultores dizem é que as margens estão danificadas, há um maior problema de fixação dos muros junto às margens, e este é um problema. Eu não sei se se recordam, mas em 2014 até propus que nós devíamos taxar a vinda dos barcos, ou pelo menos criar um fundo ambiental que permitisse que essas verbas fossem alocadas aos territórios, para de alguma forma minimizar estes problemas que os agricultores sentem. Por quê? O que é que nós vemos? Vemos isto: é tudo consumido nos barcos, as pessoas não saem, ou quando saem, saem para autocarros que já estão à espera delas, para serem levadas para os centros comerciais em Salamanca. É esta a visão que temos do Douro. -----

Outra visão que podemos ter do Douro, e que já vamos tendo, são os pequenos barcos, de seis, sete pessoas, que agora se usa muito, com ou sem skipper, e que têm já aqui relações com os restaurantes – e são vários – em que já marcam para vir ficar nas nossas casas de turismo rural – porque também não temos capacidade para muita gente, mas para seis, sete, temos no mesmo local, há vários – e que vêm e consomem nos nossos restaurantes. Ora, esse é o turismo que nos interessa também, porque também é um turismo de qualidade, são pessoas que têm pequenos iates, ou que alugam iates e vêm até cá. Agora, no turismo de massas, não temos sequer um cêntimo de gasto que venham aqui fazer ao nosso território. -----

E portanto, nós temos que ter algo que nos diferencie, e eu acho que esse era um bom projeto, em termos de diferenciação, e tinha algo de novo, que era conseguirmos ligar os Lagos ao Douro, e do Douro conseguirmos ligar ao Museu do Côa. Conseguíamos ter aqui dois patrimónios mundiais, conseguíamos ter as gravuras do Côa com o Douro – Património Vinhateiro, e conseguíamos outra coisa importante: é que conseguíamos ter Municípios que também estão no Douro Internacional. Era esta interligação que nós gostaríamos de fazer, e é um pontapé – se quisermos assim – no charco das pequenas capelinhas, e conseguir que vários Municípios se agreguem num projeto, que não se quer que seja de A, nem de B. -----

E isto, para aquilo que o Sr. Deputado João Pavão falou sobre o “Boa cama, boa mesa”: a reportagem era para ser feita em Torre de Moncorvo – e também foi uma grande percentagem em Torre de Moncorvo, obviamente. Mas, fomos mais longe, através da Associação de Municípios e quisemos que se centrasse nos Lagos, e naquilo que nós temos, e que muita gente não conhece. Temos o melhor centro de recuperação de vida selvagem, em termos de aves, temos o maior túnel de voo da Península Ibérica, aqui no Felgar. E portanto, é isto que temos

que divulgar, porque não pode ser só a comunidade científica a sabê-lo, porque nós já ultrapassámos tudo o que era em termos de números, de aves recolhidas, já ultrapassámos o que estava para dez anos. Já ultrapassámos. Portanto, é isso que nós temos que dar a conhecer às pessoas, para dizer que temos cá, e temos cá coisas de qualidade. E o SEARA é algo que nos transcende, temos protocolos com a UTAD a nível de medicina veterinária, temos protocolos com o IPB a nível da comunicação e prestações de serviços no próprio SEARA, onde algumas teses são elaboradas, e onde se criaram gabinetes próprios para pessoas da comunidade científica poderem ficar alojadas lá. E isto, temos que dar a conhecer, através destes programas que têm uma enorme audiência, e que não conseguimos de outra forma fazer chegar, que não seja por aqui. -----

Portanto, isto veio a talhe de foice por causa da ponte pedonal, a ideia seria essa. Se me perguntar se é exequível, eu penso que é exequível, tanto assim é que diversas empresas a nível mundial enviaram já para a Câmara Municipal propostas de reunião, e como se poderia fazer. E eu dou-lhe este exemplo nos passadiços do Paiva: os passadiços do Paiva têm uma coisa, que quem vai lá – se alguém já foi, pode verificar que isto é verdade – chega lá a determinados pontos – porque aquilo tem determinados pontos para se poder sair – com uma placa, com os números de táxi. E o taxista que estava lá, a questão que lhe colocou foi: “Como é que isto foi?” E ele: “Olhe, antes era só eu, e agora já tenho dois a trabalhar comigo”, porque as pessoas vêm, e têm de ir depois para outros sítios. Nesta ponte pedonal, a ideia da ponte pedonal não é o mais importante; a ponte pedonal, se não for conseguida, nós temos que conseguir é que os diversos passadiços que levam a visitarmos os diversos miradouros que existem ali entre Urros e Peredo dos Castelhanos, e que depois levam ao Pocinho – porque é ali que o comboio para – e as diversas ligações que possamos fazer para os Lagos do Sabor, permitirem aqui também um evento desportivo que seria a Maratona dos Lagos do Sabor e do Côa – por isso é que eu estava a falar daquele número de quilómetros. -----

É esta situação toda que nós queremos fazer, e nesta bazuca que aí vem, conseguirmos ter um projeto agregador de vários Municípios, mas também que as escolas primárias, muitas delas degradadas, outras que deveriam ser recuperadas, possam ser elas próprias, não novas construções, mas reabilitações neste próprio projeto, nomeadamente com máquinas de venda, onde se possa colocar lá um telemóvel para carregar, um computador, onde possa ter uma mobilidade que seja fácil de adquirir através de pequenas trotinetes elétricas, e uma série de coisas. No fundo, este é o conceito das gavetas – e quando digo destas “gavetas”, são as gavetas que a União Europeia, de alguma forma, lançou – e este projeto tenta encontrar cada uma das gavetas, seja a nível da mobilidade elétrica, seja a nível do turismo natural, seja a nível do património, e seja a nível do intermunicipalismo. É isto que ele pretende. -----

E portanto, quando me diz que é megalómano, eu digo que o homem tem de sonhar – já o poeta diz, “o homem sonha e o mundo pula e avança”. O que é hoje megalómano, eu não sei se daqui a dez ou vinte anos, não será replicado. Ninguém acreditava nos passadiços do Paiva, hoje têm os prémios internacionais que têm, e é considerada uma das melhores criações dos últimos anos em Portugal. Portanto, vamos ver. -----

Agora, eu não gostaria é que este projeto fosse só focado por ser a maior ponte, ou por ter a altura que tem, não gostaria; gostaria era que ficasse o Douro ligado aos Lagos do Sabor, e que ficassem todas as freguesias de alguma forma interligadas num projeto que poderá servir para dar nova vida às antigas escolas primárias, aos passadiços, e a uma série de situações. -----

Sra. Deputada, Prof.<sup>a</sup> Amélia, eu e a Câmara estamos sempre disponíveis na ajuda, nós temos que ver é o que é que, a partir de janeiro de 2021, com esta descentralização, mesmo para as freguesias – e nós já fizemos esta descentralização, como sabe, com a motoniveladora – todo o trabalho nas Juntas de Freguesia é assumido, e bem, por uma comissão eleita só pelos Srs. Presidentes de Junta; a Câmara Municipal apenas disponibiliza o operador, e mais algumas despesas, e o resto é gerido pelas Juntas de Freguesia. O termo do concelho é muito grande, estamos de acordo com isso, vamos ver se conseguimos ter uma candidatura onde possam ser as próprias Juntas a estar, as treze Juntas de Freguesia a estar, e com o Município, mais que não seja, a conseguir suportar a comparticipação nacional que não seja suportada por uma candidatura. Estamos completamente de acordo, e se os Srs. Presidentes de Junta acham que é necessário, e que o trabalho é fundamental – porque é – estamos nisso, e podemos pedir para ser estudada uma candidatura nessa sugestão, que nós agradecemos, e que nos deu. -----

E eu continuo a entender também, e felizmente, que temos muitos jovens na agricultura. Eu continuo a achar que é fundamental termos esses jovens na agricultura, e que esta onda que houve agora – e Urros é um exemplo disso, das novas plantações, e tudo o que foi feito ali, mas precisa, efetivamente, que os poderes públicos também olhem para isso como uma forma de suportar e de estar ali a dar algum substrato a quem empenha a sua vida a trabalhar a terra, porque foi assim que nós chegámos longe, e eu acho que esta pandemia, se nos trouxe algo de novo, foi que temos de repensar os nossos modos de vida, e se calhar o duplo desperdício daqueles que estão nas cidades, têm que pensar que, se calhar, apostando e investindo no interior, será mais seguro, e Portugal será uma nação unida, e não descompensada para o lado do mar. Mas, estamos de acordo, e poderemos ter uma reunião sobre isso. -----

Quanto às quedas dos postes, estive a dizer-me aqui o Sr. Vice-presidente, que já me informou que já foram reportadas. Um, foi um acidente, estive a GNR e a companhia de seguros, e que estão a tratar disso. Como sabem, é a GNR e a EDP agora as entidades que irão resolver a situação. -----

Sr. Deputado João Pavão, já falei da primeira situação, dos Lagos, que eu agradeço ter trazido aqui à colação. -----

E dizer-lhe só que, naquilo que nos perguntou sobre a vacinação, comunicado da ULS ao Presidente da Câmara ou ao Executivo, zero – zero mesmo. Mas, o que nós temos aqui, a nível particular – e posso dizer que na segunda-feira estive com a Sra. Ministra Alexandra Leitão e com o Sr. Secretário de Estado que coordenada a parte da Covid para o Algarve, e é completamente diferente. Nos dezanove Presidentes de Câmara que estavam com eles, em que dividimos por ACES Sul, ACES Norte e ULS, é completamente diferente. O ACES Norte dá todas as informações, o ACES Sul não dá informação nenhuma, e a ULS envia-nos informação que é confidencial, e que não pode ser reportada para ninguém, com erros de soma. Para terem um exemplo que eu vou dar, quatro mais três, para mim dá sete, para eles dá treze. Portanto, não temos nenhuma informação. -----

E isto, para lhe dizer o quê? O Secretário de Estado que está com o Plano Estratégico para o Algarve, de combate à pandemia, mostrou-nos o gráfico que foi decidido para o Algarve, onde está uma linha, onde estão os vários concelhos, com cada um dos casos, com os óbitos, e se estão a aproximar-se, ou não, de determinadas linhas que passam de elevado para muito elevado, ou extremamente elevado, e depois chegam ao ponto de aos Presidentes de Câmara, enquanto responsáveis pela Proteção Civil, até darem a lista nominativa, para poderem tratar de assuntos com as pessoas que ficam confinadas. Nós aqui não temos isso, e por vezes, quando nos ligam, é para dizer: atenção, está uma pessoa assim, ou desta forma, ou daquela, e ligam muitas vezes aos Srs. Presidentes de Junta, que sabem disso, que é para levarem a alimentação, e esse tipo de coisas. Portanto, é nisto que nós estamos a falar. -----

Da vacinação, o que eu lhe posso dar é um documento que tem esta previsibilidade – ou melhor, tinha esta previsibilidade na segunda-feira, que foi quando eu o recebi, mas que ontem já foi alterado – e que seria desta forma: na BioNTech Pfizer, seria para Portugal estabelecidas duzentas e doze mil, novecentas e setenta e cinco doses em janeiro de 2021, quatrocentas e vinte e nove mil em fevereiro de 2021, quatrocentas e oitenta e sete mil e quinhentas em março de 2021, sendo que o total do primeiro trimestre seria um milhão, duzentas e vinte e nove mil, quatrocentas e setenta e cinco. O valor de janeiro corresponde ao somatório de dezembro e janeiro, estas que poderão ser agora. A Moderna, no total do primeiro trimestre – não tem janeiro, fevereiro ou março, só tem o total do primeiro trimestre, que é uma calendarização a confirmar pela empresa com a Direção Geral de Saúde – serão cerca de duzentas e vinte e sete mil e sessenta para Portugal. A AstraZeneca, serão setecentas mil em fevereiro de 2021, setecentas mil em março de 2021, o que perfaz um milhão e quatrocentas mil, sendo que o valor de fevereiro corresponde ao somatório de janeiro e fevereiro, em função da data em que seja a entrega. -----

Portanto, é isto que eu tenho, e o resto que vamos sabendo, é como os Srs. Deputados, pelas notícias que vão sendo difundidas. -----

Quanto às lombas, irão para a Divisão Técnica, para estudar os locais e saber com alguém, ou com um dos subscritores que queira dirigir-se à Câmara para nos explicar, ou que expliquem ao Sr. Deputado e que nos digam a nós, para, junto com a Divisão Técnica, estudar melhor o local. Não vale a pena andarmos com subscrições numa coisa que é técnica, e que se poderá fazer com relativa facilidade. -----

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís João, o “Vivo aqui, compro aqui”, obviamente que foi um projeto para o Covid, mas na reunião de Câmara deixámos logo uma abertura, que se estivéssemos no período da páscoa com o mesmo problema, iríamos levar a reunião de Câmara o assunto, para poder haver um reforço com as mesmas funções, que seja o incentivo ao consumo na comunidade local. Portanto, não é para sempre, é uma medida Covid. Nas perguntas subsequentes que me fez, eu recorro que o primeiro a fazê-las foi o Sr. Deputado João Pavão, que me perguntou, salvo erro, em 2017, ou 2016, minas, fluvina e a nova área industrial. Bom, as minas, o que está previsto em termos de 2021 – isto, dados da empresa – são dez milhões de euros (10.000.000€), é fazer só as contas, quatro por cento (4%) reverte a favor do Município, aí três e meio (3,5%) será para o Município e obras municipais, e zero vírgula cinco por cento (0,5%), temos intenção – e queremos fazê-lo – para entrega às instituições sociais do concelho. Estão a funcionar, estão em exploração, e estão, obviamente, com os trabalhos iniciais da exploração. -----

A fluvina e o cais mercante: o cais mercante está terminado, e a fluvina, poderei dizer que está a cerca de sessenta por cento (60%) de ficar terminada. Ou seja, conto que a nova fluvina no Rio Sabor fique pronta até 31 de dezembro, na localidade da Foz do Sabor, como sabem. -----

O Centro de Acolhimento Empresarial da Junqueira: o Centro de Acolhimento Empresarial da Junqueira, está assinado o contrato, foi feito o concurso público, houve a análise das propostas, foi adjudicado, assinei, salvo erro, esta semana, o contrato de empreitada, e temos já propostas de compra de quatro lotes, sendo que a maior parte é para transformação de maçã e de produtos hortícolas, os quatro lotes que estão previstos e que chegaram à Câmara como proposta de aquisição por parte de uma empresa que quer vir instalar-se no concelho. -----

O único que não estava previsto, efetivamente, era o plano de irrigação, mas que depois de ter sido aprovado na Direção Geral, como aqui trouxemos, e de estar a ser desenvolvido – e espero, em janeiro ou fevereiro, lançar o concurso para o projeto, para o projeto entrar no Ministério da Agricultura – e isto por quê? Porque, se repararem, no Plano de Resiliência, a irrigação foi contemplada para o Concelho de Torre de Moncorvo, e como foi contemplada nesse projeto, agora estamos na fase, já não do anteprojeto, mas na fase do projeto, que terá que ser lançado. Portanto, estamos nesta fase, em janeiro ou fevereiro conto lançar – e estamos a fazer por isso,

aliás – que seja lançado, então, para este projeto, e para poder entrar nesta linha de crédito do Plano de Resiliência. -----

Medidas Covid: desde o início que fomos acompanhando a situação, nomeadamente pela desinfeção de diversos edifícios, a desinfeção das próprias ruas, a sinalização das ruas com as orientações que cada um devia tomar, a colocação de sinalética sobre as filas únicas em determinados estabelecimentos, também para facilitar com os comerciantes locais a forma de as pessoas entrarem nesses próprios estabelecimentos, e fizemos uma coisa, que foi fazer da Câmara um pequeno centro que pudesse acudir a qualquer situação de emergência. Eu não vou falar deles aqui, e onde estivemos, mas há pessoas aqui nesta sala que sabem que isto aconteceu. Quando se fala de equipamentos de proteção individual – com as luvas, as viseiras, os pés, uma série de coisas – nunca estamos à espera, seja com IPSS's que estão ligadas à Segurança Social, e que são elas as responsáveis por tratar disso, seja com entidades ligadas ao Ministério da Saúde, é sempre a Câmara a primeira – porque se surge um surto, ninguém está à espera, e ninguém estava, com equipamento, estamos a falar na primeira vaga, e mesmo agora, na segunda vaga, ninguém está com capacidade para poder, no momento subsequente, fazer o que quer que seja. E a Câmara tem servido para isso mesmo. O primeiro impacto é sempre com material que a Câmara disponibiliza às diversas instituições do concelho. E também é a primeira a fazê-lo quando é necessário fazer limpezas, quando é preciso fazer desinfeções nos edifícios, é sempre através da Proteção Civil. E aqui, tenho que também realçar o papel, quer dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, que têm sido incedíveis, sempre que lhe é pedido, e a Santa Casa da Misericórdia, que tem estado sempre com uma brigada a trabalhar – e fez isso no Centro Escolar, e em mais algumas instituições – sempre que é necessário atuar. Portanto, a Proteção Civil tem estado a atuar nessa medida. -----

Estas são as medidas físicas, e as medidas de material que disponibilizamos. Depois, houve esta, o “Vivo aqui, compro aqui”, que é mais um estímulo ao comércio e ao consumo no Concelho de Torre de Moncorvo. Eu espero que as pessoas adiram, e espero que os comerciantes também consigam ter esse retorno, com esta iniciativa. E eu penso que os comerciantes estão contentes com esta iniciativa, e é isso que nós esperamos. Vamos ver como é que isto corre, e depois traremos também aqui o resultado, e se for necessário para continuar, também se continua. ----

Mas, para além disso, rendas sociais, taxas de ocupação de via pública e de esplanadas, uma série de coisas foram retiradas do Orçamento e da receita da Câmara, e passaram para os particulares e para os comerciantes. Pode não ser muito visível, nem necessitamos de ir para a praça pública divulgá-las, mas o que é importante é que as pessoas as sintam sempre no final do mês. E portanto, foi esse o nosso compromisso, e é assim que estamos a atuar. -----

Penso que respondi a todas as questões. Se houver alguma que eu não tenha respondido, estarei aqui para responder a seguir. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Então, passamos ao Período da ordem do dia. -----

## ----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar, então, sobre o Ponto n.º 1 da ordem do dia. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Na informação escrita acerca da atividade municipal, dizer-vos que a estratégia local que a Sra. Vereadora concebeu, estratégia local para habitação, juntamente com o IHRU, é o mais importante que aqui trazemos. Tudo é importante, mas esta é, sem sombra de dúvidas, uma estratégia para os próximos anos. Estamos a falar globalmente num investimento de sete milhões, duzentos e cinquenta e oito, trezentos e cinquenta e três euros (7.258.353€), esperamos até ao dia 31 de dezembro ainda assinarmos a aquisição de nove casas para entregar a famílias com dificuldades e para realojamento – são nove, acho que vamos conseguir assinar até 31 de dezembro. Com esse pequeno passo, nessa aquisição, vamos conseguir, para o ano de 2021, cerca de dois milhões e meio de euros (2.500.000€) – ultrapassa até os dois milhões e meio de euros (2.500.000€) – para conseguirmos que haja uma realidade no Concelho de Torre de Moncorvo, que é as pessoas terem uma habitação condigna. Poderíamos falar aqui de muitas coisas, da inauguração do segundo campo a nível nacional de street basket, ou basket art, que também é importante, veio de um Orçamento Participativo; podíamos falar da inauguração do Parque do Olival das Bolas, onde temos ali dois complementos, não só o que é para as crianças, mas para as crianças que têm dificuldades, e foi previsto nesse parque. -----

Mas, eu gostaria de me focar em duas situações, que são situações sociais. Quando eu, em reunião de Câmara, falei que o problema da vacinação da gripe ia ser um problema, e que não seria possível chegar a toda a gente – a subscrição é minha, fui eu que o disse, e portanto, eu é que o assumi em reunião de Câmara – ninguém queria acreditar. Hoje, os órgãos de

comunicação social são unânimes em achar que a vacinação da gripe correu mal. E nós antecipámo-nos a isso, todos os residentes em Torre de Moncorvo com mais de sessenta e cinco anos que não quisessem ir aos Centros de Saúde podiam ir às farmácias, ser vacinados, e também através da nossa Unidade Móvel de Saúde, podiam ser vacinados gratuitamente. Eu não considero, nem os Srs. Vereadores, um gasto; isto é um ganho, é um ganho que nós tivemos para a nossa população. O termos adquirido, para poder, depois, com o esforço de todos, obviamente, vacinar as pessoas que têm mais de sessenta e cinco anos de todo o concelho, foi um ponto importante no nosso concelho, a nível social, sabendo nós que grande parte da população é idosa. -----

Mas, para além dessa situação, e para além de termos renovado agora os protocolos, e sem necessidade de vir – porque também está excecionado na diversa regulamentação Covid, determinadas despesas – foi que as pessoas que estão, de alguma forma, dependentes de medicação, tivessem essa medicação gratuita através do protocolo que temos com a Dignidade. Mesmo na primeira vaga, quando o país ficou em suspenso, nós tivemos o cuidado de fazer o reporte social de todos os que necessitavam dos medicamentos, e nenhum ficou sem a medicação gratuita que lhe era devida. E nós renovámos por um ano a mais todos os cartões de medicação. -----

Portanto, estes dois, que estão interligados, a vacinação, a medicação, e esta parte das cento e seis famílias que estarão integradas nesta Estratégia Local de Habitação de Torre de Moncorvo, será, sem dúvida, o que marcará hoje, os que estamos aqui, e aqueles que nos virão a suceder para os próximos anos. Esta é a estratégia mais importante para o concelho, é garantirmos dignidade e condições a todas as casas que estão degradadas, daqueles que não têm meios de o fazer. -----

Mas, para além disso, fomos mais longe, com um programa que permite, através de materiais de construção e de mão de obra, reabilitar casas daquelas pessoas que não têm condições, neste momento, para o fazer – ou por perda de trabalho, ou porque perderam tudo o que tinham agora, e necessitam de pequenas obras nas suas casas. E portanto, também está aberto, penso que já temos inscrições – está sob a alçada da Sra. Vereadora – para começarmos a fazer isso. E o material é entregue por nós, e tem uma parte que será mão de obra, também por nós, que iremos dessa forma fomentar todas estas situações – e são algumas – nas freguesias e na sede do concelho – alguma parede que caiu, uma casa de banho que não tem condições nenhuma, etc. Portanto, isso é à parte desta estratégia, é uma coisa para ser rápida e para ser feita com mecanismos rápidos. -----

Estes são os grandes pontos para esta Assembleia Municipal. -----

Se repararmos na situação financeira, os Srs. Deputados certamente viram que em vez das duas atuais fichas, vêm três, que é o reporte anual, o reporte trimestral e o reporte atual. Se a 9 de

~~14~~  
14.  
Pedro

dezembro de 2019, o saldo do período era de quatro milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e noventa (4.187.190€), em 21 de setembro de 2020 era de um milhão, novecentos e oitenta e um mil (1.981.000€), e a 15 de dezembro – ou seja, hoje – temos uma dívida, grosso modo, de novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta euros (953.930€). -----

Temos aqui uma dívida a terceiros de oitocentos e quarenta e sete mil euros (847.000€), basicamente, e temos dívidas de terceiros para com a Câmara – e nisto, estamos a falar também de todas as participações, QREN e outras entidades, um crédito de quase cinco milhões e duzentos mil euros (5.200.000€). E isto também é um reporte – há bocadinho, estávamos a falar da escola, dos sete e meio por cento (7,5%) que nós estamos a assumir do Estado. Não vai ser por causa de não fazerem a participação estatal que as crianças de Moncorvo não vão ter a escola. E portanto, nós estamos a assumir a participação municipal, e também a participação estatal. E mesmo assim, pagando, somos credores de cinco milhões, cento e noventa e oito mil euros (5.198.000€), e somos devedores de oitocentos e quarenta e sete mil (847.000€), num saldo do período como nunca tivemos, inferior a um milhão de euros (1.000.000€). Se bem se recordam, quando apresentei aqui a prestação de contas, dizia, na altura, que a ideia era conseguirmos chegar sempre a um abatimento de dívida de um milhão e duzentos mil (1.200.000€), para criarmos condições para o novo Quadro Comunitário, e para conseguirmos ter uma execução fiável, acima dos oitenta e cinco por cento (85%), para podermos ir a outros voos, digamos assim, no que concerne a fundos europeus. -----

Mesmo com a Covid, e só para dar uma breve noção, neste momento, e reportadas à DGAL em despesas Covid do Município – porque cada reporte tem de ser comunicado à DGAL – até 30 de novembro – e iniciámos isto em março – os gastos do Município foram trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove, ponto quarenta e um euros (338.649,41€), muito acima de qualquer festividade que o concelho faz em todo o ano. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, estão abertas as inscrições para os Srs. Deputados que se pretendam pronunciar sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais público aqui presente. -----

Quando recebemos a documentação da Câmara Municipal, já não fiquei surpreendido com o anúncio que era feito da ligação entre o Peredo e o Museu do Côa, porque isso já tinha sido anunciado nas redes sociais pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Fiquei muito admirado, e dou os parabéns ao Sr. Presidente, porque, de facto, em pouco tempo mudou completamente a sua maneira de pensar. E isto por quê? Quando, não sei em que sessão da Assembleia Municipal, eu falei ao Sr. Presidente num projeto que já vinha dos Executivos anteriores, que era o caso do pavilhão multiusos, o Sr. Presidente da Câmara fez um discurso em que diabolizou os projetos megalómanos, os projetos do regime, aqueles que, de facto, só contribuiriam para enaltecer quem os promovia. O Sr. Presidente da Câmara fez aqui, na Assembleia Municipal, um discurso inflamado contra os projetos do regime, contra os projetos que só trariam prestígio para quem os patrocinava, e era o caso do pavilhão multiusos, o pavilhão multiusos que era um projeto que tinha assinatura de uma pessoa qualificada, o prémio nobel da arquitetura, é reconhecido internacionalmente, era um investimento que podia qualificar Moncorvo de forma diferente, a nível regional, e até a nível nacional, e o Sr. Presidente da Câmara fez aqui um discurso completamente de “bota abaixo”, em que “Aqui d’el Rei”, “projetos megalómanos, comigo não”. Qual é agora a minha surpresa? O Sr. Presidente da Câmara vem aqui apresentar um projeto que será mais do que megalómano, será mais um devaneio do Sr. Presidente. De noite sonhou, acordou, de manhã lembrou-se, e aqui está uma coisa, que tirou um coelho da cartola, para mostrar aos Moncorvenses o que é, de facto, governar, e o que é levar Moncorvo para a frente. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara acredita em fantasmas, mas cuidado, porque o Ceausescu vai provavelmente assombrar as suas noites, porque o senhor está a tentar tirar-lhe o protagonismo nesta matéria dos projetos megalómanos. -----

O senhor, quando pensou nisto da ponte, da ligação pedonal Peredo – Museu do Côa, a primeira coisa que provavelmente fez foi contactar com a outra parte, e a outra parte é Foz Côa. Pergunto-lhe diretamente: o Sr. Presidente da Câmara teve algum contato institucional com a Câmara de Foz Côa, no sentido de este projeto ser, de facto, uma coisa com pés para andar? Ou é o tal devaneio que o Sr. Presidente teve, que sonhou de noite, e de manhã tirou o coelho da cartola? O Sr. Presidente da Câmara tem alguma coisa, tem algum documento que nos mostre que, de facto, há um projeto sustentável, há um pensar esta questão, de forma séria? Ou foi só o coelho da cartola que tirou? Para mim, foi só isso, e mais nada. Por quê? Porque agora, no fim da sua intervenção, quando o senhor falava deste assunto, disse “se não conseguirmos”. Ora, o “se não conseguirmos”, já sabemos o que é, é que não vai conseguir nada. É mesmo isso, não vai conseguir nada, porque eu tenho quase a certeza absoluta que o Sr. Presidente não falou com Foz Côa. Aliás, o senhor continua a política, se calhar, do melhor pecadilho dos Executivos Socialistas, que é estar de costas voltadas para quem está próximo de nós, que é o caso de Foz Côa. Moncorvo e Foz Côa nunca tiveram uma ligação diária de transporte, e já falámos aqui

nisso, e o Sr. Presidente da Câmara prometeu e disse aqui que esse era um problema que a CIM ia resolver, era o problema dos transportes a nível da comunidade, que iam ficar todas as sedes de concelho ligadas, e não há nada, nem uma ligação Moncorvo – Foz Côa existe diariamente. Nós somos dois agregados populacionais que distamos dezoito quilómetros, nós estamos isolados, de costas voltadas uns para os outros. O senhor falou, quando falava da zona industrial do Larinho, disse: “Não, senhor, aquela zona industrial devia ter sido um projeto Moncorvo – Foz Côa, e devia ser localizado na zona do Pocinho.” O senhor hoje, o que é que faz? Não, senhor, o senhor hoje vai fazer outra zona industrial no polo oposto, vai fazer na Junqueira. Não tenho nada contra a Junqueira, o Sr. Presidente da Junta da Junqueira esteja descansado, que eu não tenho nada contra a Junqueira. Agora, quando o Sr. Presidente da Câmara era Oposição dizia: “Não, senhor, nós devemos convergir para o Douro”, porque no Douro, de facto, é que estão as vias de comunicação – está o Douro, está a linha de caminho de ferro, passa o IP2. Mas, não, o Sr. Presidente mandou tudo isso às urtigas, e hoje vem aqui apresentar-nos um projeto – lá está, é o que o senhor diz, “se conseguirmos”, porque já sabemos que não vai conseguir nada, Sr. Presidente, porque se fosse um projeto pensado, tinha aparecido o Sr. Presidente e o Presidente da Câmara de Foz Côa a anunciá-lo, não é “eu tenho esta ideia brilhante, e agora vem cá tu ajudar, que tu és o meu ajudante”. Não, o projeto é um projeto que tinha de ser uma parceria. E, de facto, aí teria alguma viabilidade, e como diz o senhor, vem aí a bazuca, podia ser que sobrasse alguma coisa para nós. E oxalá que o senhor conseguisse alguma coisa. Pode contar com o meu apoio para conseguir isso, mas não acredito absolutamente em nada do que o senhor disse, nem pouco, mais ou menos, e se tiver algum documento da Câmara de Foz Côa que contrarie aquilo que eu disse, faça favor de nos apresentar hoje aqui. -----

Relativamente à estratégia da habitação, espero que nesta estratégia da habitação esteja a resolução de pequenos problemas que o senhor já vem tentando resolver há oito anos, e que ainda não conseguiu resolver nada. O senhor tem conhecimento de que no Peredo existe um caso grave, e o senhor ainda não fez nada para o resolver. Em oito anos de mandato, o Sr. Presidente da Câmara não fez nada. E o senhor sabe, é uma casa que não tem portas, não tem janelas, não tem luz, aquilo é um autêntico antro. E o Sr. Presidente da Câmara não devia dormir descansado enquanto não resolvesse aquela situação. Mas, em oito anos não fez absolutamente nada. Aliás, a pessoa, quando o senhor ganhou as eleições, essa pessoa até foi consigo a Urros, foi no seu carro, e o senhor ainda não fez nada. Não lhe rói um bocadinho a consciência, Sr. Presidente? Passe por lá, vai muitas vezes ao Peredo, vá por aquela rua e pare lá um bocadinho à frente da casa. Sabe o que é que as senhoras da Segurança Social faziam quando chegavam lá? Eu, na altura, era Presidente de Junta, e diziam assim: “Nós ali não entramos, porque cheira lá muito mal.” Mas, o senhor tem que entrar lá. -----

Nesta questão ainda da Estratégia Local de Habitação, também parece que é um documento secreto, nunca aqui tínhamos ouvido falar nisso, em várias Assembleias – nunca aqui tinha ouvido falar em tal estratégia, Estratégia Local de Habitação, sinceramente, só se foi na última Assembleia, em que eu não estive presente, não sei se isso foi tratado, nem se não. Se foi, peço já as minhas desculpas. Mas, espero que nesta questão da Estratégia Local de Habitação esteja a questão da cadeia, porque é outro problema, que o senhor pode dizer que o herdou, mas em oito anos, o senhor não fez nada – nada. Quem entra em Moncorvo fica, de facto, abismado, como é que no centro da vila existe uma situação daquelas. E o senhor, em oito anos – não são oito dias, são oito anos em que o senhor está no poder, e não fez absolutamente nada. Numa das últimas reuniões em que falámos nisto, o senhor veio com a conversa de que era uma questão difícil, que havia Municípios, como Coimbra – que o senhor invocou Coimbra, que estava a tentar resolver a situação de uma forma integrada, e de uma forma que não ferisse tanto a forma de viver das pessoas que ali vivem, que tentasse integrá-las, mas respeitando as suas tradições e o seu modo de vida. Mas, não vimos absolutamente nada; o senhor fala muito, mas faz pouco. Relativamente àquela situação, o senhor ainda não conseguiu fazer absolutamente nada. -----

A questão dos regadios, o senhor já falou, esperemos que, de facto, a coisa avance. -----

Quanto à questão da Covid: a questão da Covid, penso que o Sr. Presidente teve uma atitude, acho que correta, e penso que esteve bem. Mas, nesta questão da Covid, eu quero salientar uma reportagem que veio num jornal local, que numa freguesia – que não era no nosso concelho, mas num concelho vizinho – uma freguesia em que as pessoas – nós sabemos que as nossas freguesias, a maioria delas estão completamente desabitadas. Vive lá quem? Idosos, pessoas sem carta, pessoas que não têm possibilidade de se deslocar. E nessa freguesia, a angústia das pessoas é que não conseguiam deslocar-se, não conseguiam, não tinham maneira de ir ao médico, de ir fazer o teste. De facto, havia ali uma situação muito dramática. E a resposta – e aquilo que vinha no jornal, penso que era verdade – a resposta do Presidente da Junta foi: “A Junta não tem orçamento para resolver essas questões.” -----

Pois bem, eu, na minha aldeia, e na minha freguesia, fiquei muito satisfeito, porque quando foi preciso as primeiras pessoas irem fazer o teste, a Junta não empurrou as pessoas, dizendo que não tinha orçamento; contratou – não sei se pagou, nem se não – os bombeiros, e a Junta resolveu o problema, eles contactaram diretamente as pessoas, e a Junta de Freguesia resolveu o problema, com os bombeiros – não sei de que forma, se pagou ou não pagou, mas sei que essa questão ficou resolvida. E eu fiquei satisfeito, e dou os parabéns à Junta de Freguesia da minha aldeia. -----

E estou a falar disto porque, de facto, a reportagem que vinha no jornal era angustiante. Toda a gente sabe que nós, no Peredo, somos meia dúzia. -----

Relativamente à vacinação da gripe, fiquei com a ideia de que o Sr. Presidente da Câmara disse que houve problemas a nível nacional, e houve, mas que em Moncorvo não houve, porque a Câmara envolveu as farmácias. Sr. Presidente, se foi isto o que disse, eu digo-lhe já que não é verdade, porque há casos de pessoas que se inscreveram em farmácias para tomar a vacina, e não conseguiram tomá-la, Sr. Presidente. O problema é exatamente o mesmo que aconteceu a nível nacional. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, da informação escrita do Sr. Presidente acerca da atividade municipal, destacamos a inauguração do parque infantil inclusivo e de basquetebol no Olival das Bolas, e a intervenção no campo Dr. Camilo Sobrinho. Esperamos que mais infraestruturas possam ser criadas ou requalificadas, embora reconhecendo as dificuldades no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, de aprovar este tipo de candidaturas. -----  
Ainda a continuação de medidas de combate à pandemia, o apoio escolar, social, agrícola e do comércio local, como é exemplo a campanha de natal “Vivo aqui, compro aqui”, e o apoio à vacinação da gripe. -----

De referir ainda o início do ano letivo na Escola Sabor Artes. Neste ponto, pessoalmente, não concordo com o Executivo, da abertura da escola com o lecionar das aulas via online. Se os alunos continuam a ter aulas na Escola Ramiro Salgado, de educação musical, com vinte ou trinta alunos na turma, por que não realizar aulas individuais, em que o aluno toca o seu instrumento com o distanciamento recomendado? Espero a normalização das aulas presenciais em 2021. -----

Quero ainda dar os parabéns ao Executivo, em virtude de não se poder realizar as festividades da Boa Nova, como habitualmente, por ter mantido a iluminação natalícia, de muito agrado para todos os Moncorvenses. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia, Sr. Presidente. Cumprimentar também o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta, os funcionários, e cumprimentar também o público aqui presente no dia de hoje, e o Sr. Vereador da Oposição, representante do Partido Socialista. -----

Começo a minha intervenção por dizer que em 29 de novembro de 2013, o recém-eleito Presidente da Câmara, Nuno Gonçalves, dava uma entrevista ao Mensageiro de Bragança, e dizia – passo a citar: *“Um dos maiores males de quem está muito tempo no poder é que perde a criatividade. Quando se chega ao ponto de não conseguirmos ter uma ideia com pouco dinheiro, e que tem sempre que se sustentar numa grande obra, esse é o primeiro passo para pensarmos que estamos a mais.”* -----

Foi, Srs. Deputados, com grande espanto que vi anunciado o projeto da maior ponte pedonal suspensa do mundo, com um vão de setecentos e cinquenta metros, e com um custo previsto de três milhões de euros (3.000.000€). Mas, Sr. Presidente, já perdeu a criatividade? Ao fim de sete anos à frente da autarquia, está a ponderar ir embora? Ou será que está a criar falsas expetativas? -----

Também íamos deixar de ver passar os navios na Foz do Sabor, que iriam atracar no tão anunciado cais. Qual a empresa a quem foi adjudicado o projeto? Pergunto-lhe: qual o custo do projeto? -----

No seu relatório, pode ler-se que continua a decorrer a obra de arranjos urbanísticos no Largo do Castelo, obra no valor de cento e seis mil, vinte e um euros, e vinte cêntimos (106.021,20€), adjudicada por consulta prévia à empresa Paulo Caldeira – Empreitadas, Unipessoal, Lda., com contrato assinado a 9 de julho, e com o prazo de execução de quarenta dias. O Código da Contratação Pública, art.º 19.º, alínea c), determina que para a celebração de contratos de empreitadas de obras públicas, quando o valor do contrato for inferior a cento e cinquenta mil euros (150.000€) a consulta prévia, com convite a pelo menos três entidades. Talvez por lapso, os serviços não tenham escrito as duas outras entidades; na Base.Gov não constam. Por isso lhe pergunto: quais foram as outras duas entidades convidadas? Quais os trabalhos contratados para tão exorbitante valor? É que o Largo está igual, Sr. Presidente, tirando a parte correspondente à obra do Museu do Castelo, e a retirada da estátua do Dr. Campos Monteiro, levada a cabo por trabalhadores do Município. -----

Nas redes sociais, foi possível ir escrutinando o desenvolvimento dos trabalhos, na sequência da retirada e colocação da estátua do Dr. Campos Monteiro. Esqueceu-se também de mencionar o ajuste direto para a aquisição das placas das obras editadas do Dr. Campos Monteiro, no valor de sete mil, trezentos e oitenta euros (7.380€), à empresa Monferro, contratado num dia e pago no dia seguinte. -----

Pois bem, Sr. Presidente, aquele Largo já vai em cento e treze mil, quatrocentos e um euros, e vinte cêntimos (113.401,20€), e não se vê obra que justifique tão elevado valor. -----

Sr. Presidente, concordo plenamente consigo: temos de ser sérios nas coisas que dizemos e fazemos. Em nome da transparência, continuam sem placas informativas as obras cofinanciadas pelos fundos europeus, que obrigatoriamente devem ser colocadas, informando os cidadãos e



16.  
Pedro

os contribuintes nacionais e europeus, nomeadamente do seguinte: designação da obra; adjudicatário; valor do investimento; prazo de execução e comparticipação de fundos europeus. Sr. Presidente, como bem deve saber, as placas só podem ser colocadas depois das obras adjudicadas e consignadas e devem permanecer em local visível durante a execução da obra.-- Chamo a atenção de V. Exa. para ter mais cuidado ao elaborar os documentos que apresenta a esta Assembleia. Então o Sr. Presidente, em resposta ao documento apresentado por mim à Mesa da Assembleia, o Requerimento n.º 02/2020, vem dizer que a Lei n.º 75/2013 apenas tem cinco artigos. E na presente informação escrita sobre a atividade municipal, escreve que vem dar cumprimento ao art.º 25.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 75/2013. E mais, vem dar conhecimento da atividade desenvolvida desde 25 de junho até à presente data, 18 de dezembro. Mas, Sr. Presidente, a última reunião realizou-se no dia 25 de setembro. -----

Termino, citando o provérbio popular *“Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz, mas não olhes para o que ele faz”*. -----

Disse. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, para esta primeira ronda de intervenções dos Srs. Deputados. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Agradeço a informação que o Sr. Presidente prestou, relativamente às minas, à fluvina, ao Parque da Junqueira e à zona de irrigação do planalto de Urros e Peredo.- Em relação à Estratégia Local de Habitação, apesar de ter vindo aqui já a esta sede, gostava de saber se os sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil (7.258.000€) é só por um ano, ou por quanto tempo é que vamos gastar esse valor. -----

E também fico contente com as obras todas que este Executivo fez no Castelo. Ou seja, o Castelo tem, não só a obra do Museu do Castelo, mas tem toda uma obra envolvente, que eu vi limparem as muralhas, ou o que resta do castelo, todas as juntas entre as pedras foram limpas, foram consolidadas. Eu só queria saber se isso está dentro do projeto do Museu do Castelo, ou se está em outro projeto à parte. Não sei, gostava que me explicasse isso. -----

Ainda tenho uma dúvida sobre a abertura das inscrições para o projeto complementar “Aprende brincando”. O “Aprende brincando” vai acontecer este natal? Mesmo com medidas Covid? Era só para saber ao certo sobre esse projeto. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado. Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Srs. Deputados, pelas questões formuladas. -----

Bem, numa época natalícia, Sr. Deputado Fausto, só me lembro “Tomé, homem de pouca fé”. É o que me lembro. “Tomé, homem de pouca fé”, já é assim há dois mil e vinte anos, no mínimo, era o que se dizia, “Tomé, homem de pouca fé”. -----

Sr. Deputado, diga-me uma coisa: o senhor estava a falar do Prémio Pritzker; sabe que existe um Prémio Pritzker no Concelho de Torre de Moncorvo? Quantas vezes já lá foi? Pronto, é só para justificar que o senhor achava que um projeto de doze milhões de euros (12.000.000€) num multiusos, que era o que se gastava, que devia ser feito, quando o senhor tem um Prémio Pritzker no Concelho de Moncorvo, não sabe e nunca o foi visitar. É o que temos, pronto. Se fosse preciso dizer mais alguma coisa, ficaríamos por aqui. -----

Mas, até lhe vou dizer: eu não gosto das autorias daquilo que não tenho. Eu disse que era um anteprojecto da ponte com os passadiços, até foram pessoas da sua freguesia que o vieram apresentar, até foram pessoas ligadas ao Partido Socialista. Portanto, daí, eu acho que as pessoas que estão lá a residir perceberam o potencial de todo aquele território. E depois, não leu com atenção, porque uma das questões era – e eu falei aqui, quando o antecedi, do Pocinho. O Pocinho é fulcral para este projeto, como o Parque do Côa é fulcral para este projeto. E também deve ter lido, com certeza, no Parque do Côa, que quer neste projeto, quer no do Parque do Côa, já está articulado para se poder fazer uma candidatura, se conseguirmos fazê-la com o dinheiro que vem. E quando falamos de três milhões (3.000.000€) num projeto que envolve várias freguesias, recuperação de várias escolas, e o senhor vem comparar com os doze milhões (12.000.000€) de um multiusos? Nós bem precisamos – olhe, precisamos sabe do quê? De um pavilhão para as crianças poderem praticar desporto, e as associações, e não o que temos. Mas, como sabe, neste envelope financeiro, o desporto não é prioritário – aliás, até está banido. Este é que é o problema. E depois, não poderíamos, com a situação financeira que tínhamos – e o senhor sabe qual era – ter esse tipo de projetos. E mais, Portugal não tinha – já teve, provavelmente de 1985 a 1996, mas não teve outra vez, nestes anos, a possibilidade de vir a ter injeção de capitais europeus que vai ter agora. Vamos estar à espera, e depois agimos, ou vamos estar agora com novos projetos, a aplicar aquilo que entendemos que deve ser? -----

A Câmara deu ao Ministério das Infraestruturas um projeto da Ponte da Foz do Sabor, e nós sabemos que aquilo é municipal. Mas, será que não conseguimos dizer que é essencial, porque quando há cheias, não conseguimos transportar as crianças para o lado de cá, quando temos um único meio decente para passarmos para aquele lado do concelho? E foi isso que fizemos, antecipámo-nos, levámos lá, e o Sr. Ministro das Infraestruturas entendeu por bem mapeá-lo e entregá-lo à CCDR Norte. E é assim que tem que ser feito. Agora, se o senhor me diz: “Não

estou de acordo, não se deve fazer nada”, isso já é diferente, já é uma perspetiva pessoal, mas pronto. Agora, ninguém se lembra, acorda, ou tira coelhos da cartola. -----

Eu também gostaria de lhe perguntar se estamos a falar do Sr. Nunes, na questão da estratégia local. É, não é? Então, deixe-me dizer-lhe algumas coisas. A casa não está no nome dele, é o primeiro problema. Depois, temos mais, ele até tem estado com os filhos, é o relatório que vem da Segurança Social – estou-lhe a dizer só o que está, depois pode contrapor, e eu levarei, com todo o gosto, lá, aquilo que me disser. Depois, não é verdade que não esteja lá, porque o próprio CLDS tem acompanhado algumas situações. E mais, a Junta de Freguesia deu também, e informou à Sra. Vereadora – porque foram as Juntas de Freguesia que sinalizaram todas as questões, e penso que estará também sinalizado, está a Sra. Presidente de Junta a dizer-me que sim. Portanto, é uma das situações que está aqui envolvida. Agora, poderemos juntar-nos, falarmos e ver qual é a situação, e integrarmos todos – Segurança Social, Junta de Freguesia e nós. Estamos nessa disponibilidade. Mas, já está aqui. -----

Quanto ao Plano de Estratégia Local, eu também não quero dizer que o Sr. Deputado não votou, não sei se esteve presente, ou se não esteve, mas já foi aqui discutido e votado. Portanto, não é verdade que nunca veio aqui. Agora, pode ter faltado. Agora, esta situação, há muito que está a ser trabalhada – também não foi pensada numa noite para apresentarmos aqui – está a ser trabalhada, e acho que merece de todos nós aqui um acolhimento, porque é para o bem do concelho. E portanto, penso que estamos todos de acordo naquilo que temos de fazer. -----

Quanto ao Sr. Deputado João Leonardo, eu vou ter uma reunião com o Diretor da Escola, e ver dessa possibilidade das aulas presenciais. -----

Sr. Deputado José Aires, bem, sobre a colocação de placas, teríamos muito que dizer, e o senhor sabe disso perfeitamente, até sabe bem demais como é que algumas eram colocadas; até sabe bem demais. -----

Assumo este lapso de junho, é setembro, efetivamente, assumo este lapso. Mas, já não posso assumir que só tinha cinco artigos. O artigo de que o senhor falava é que não tinha cinco números, é diferente, estamos a falar de sistematização diferente. Mas disso, podemos falar depois os dois, que não há problema nenhum. -----

Para lhe explicar o seguinte: o senhor disse aí uma palavra que eu gostei de ouvir, e que dificilmente até 2013 o senhor diria, que é “obra lançada e paga”; era obra lançada, feita, e que os outros paguem. Nisso, o senhor tem razão. Quando disse ali “é lançada e é paga”, aí tem razão, lançamos e pagamos. Dificilmente o senhor, até 2013, diria isso. -----

Portanto, o que lhe quero dizer é que a obra do Castelo – e o senhor sabe isto perfeitamente, é que o senhor tem obrigação de saber, e sabe – a obra do Castelo resumia-se, quem está à frente, ao interior da muralha, que depois teve outros problemas inerentes a isso – e o senhor também sabe – com a descoberta da denominada canhoeira, em que teve que se fazer duas opções –

ou era outra vez aterrada, ou ficava à vista – e tinha todo o lado direito, em que não ficavam consolidadas as muralhas, nem a drenagem de todo o Largo Campos Monteiro. E isso foi tudo feito, e o senhor sabe disso também, o senhor sabe. E sabe perfeitamente que durante oito meses teve que estar parada, porque com a descoberta da canhoeira – ou seja, foi descoberto um achado arqueológico, teve que se fazer novo projeto, ou uma adenda ao projeto, para ser inserido no Museu do Castelo. O senhor também sabe disto. E hoje, onde era para ser a parede final, foi muito além disso, para conseguirmos ter hoje – e aconselho, e um dia podemos ir lá todos ver aquilo, porque vale a pena, é uma obra de arquitetura que vale a pena visitar, e é uma obra de conservação excelente, e que dignifica o concelho – em que tivemos que avançar uns bons metros, como o senhor sabe, para ficar com a canhoeira à vista. Ninguém a tinha descrito, ninguém sabia dela, e quando apareceu, tínhamos duas hipóteses: ou voltar a enchê-la de entulho, ou ficar com ela recuperada. E foi recuperada. E portanto, tudo isso teve a ver com outra coisa que não era o Museu do Castelo; foi a recuperação do Largo, que foi feita, e com parecer da Direção Regional da Cultura do Norte, atenção. E paga também, como o senhor disse, não temos problemas para ninguém. -----

O Sr. Deputado Fausto falou-me da vacinação da gripe, eu estava aqui a confrontar a Sra. Vereadora, o problema que houve foi o número de vacinas que eram disponibilizadas pelo SNS, e que não foram disponibilizadas. Estamos a falar de coisas distintas. O SNS tinha que disponibilizar à Associação Dignidade um número de vacinas, pagas pelo Município, e que não conseguiu disponibilizar por não ter um número suficiente. Pronto, foi assim. Por isso é que eu disse, a nível nacional correu mal, porque os números foram mal feitos, ou provavelmente ninguém estaria à espera que houvesse tanta gente a querer ser vacinada. Mas, a questão foi esta, exclusivamente esta. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Está aberto o segundo período de intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Perguntei se tinha tido algum contato com o Presidente da Câmara de Foz Côa, relativamente à questão da ponte pedonal, não me respondeu. -----  
Relativamente ao pavilhão multiusos, é evidente que quando eu coloquei essa questão, não era para fazer no mandato anterior, mas o anterior Executivo tinha contratado com o arquiteto esse projeto, e penso que já havia alguns pagamentos feitos – algum pagamento foi feito. Ora, o que eu quis dizer ao Sr. Presidente, e que o Sr. Presidente completamente arredou, é que deveria haver uma negociação com o arquiteto no sentido de o projeto ser adiado, não no primeiro mandato, mas provavelmente agora – e agora, se calhar, então, aparecia uma boa oportunidade,

que é a tal bazuca, que provavelmente virá alguma coisa para o interior, e se o Sr. Presidente tivesse tido uma atitude de, de facto, reconhecer que havia ali méritos, e o senhor não pensar que ia fazer uma obra que outros tinham idealizado – porque, para mim, foi nitidamente isso, o Sr. Presidente pensou: “Não, isto é uma obra que outros pensaram, eu não vou aqui gastar dinheiro em coisas que eu, de facto, não decidi”, mas que, de facto, é um projeto interessante, era um projeto que qualificava Moncorvo. O senhor acabou de reconhecer que os miúdos querem praticar e não têm onde, e o pavilhão multiusos também serve para isso, e para muitas mais coisas. Mas o senhor, na altura, mandou às urtigas o projeto. E provavelmente, não sei qual foi a negociação que o senhor teve, que deve ser um escritório de arquitetos, deve ser uma empresa, se teve alguma negociação, ou não, no sentido de adiar, e no sentido de numa melhor oportunidade, esse projeto poder ser recuperado, porque foi dinheiro que já foi investido. O senhor pura e simplesmente mandou o projeto às malvas, não quis saber. Mas, acabou de reconhecer que Moncorvo precisa de infraestruturas a esse nível. O senhor diz que não há dinheiro, provavelmente não houve dinheiro no Quadro Comunitário anterior, mas provavelmente vai haver no seguinte. E agora, há a questão da nova bazuca, do que vem aí. Esse era um projeto que devia estar na calha, para poder lançar em qualquer altura em que a oportunidade surgisse. Por aquilo que eu percebi, o senhor disse que acabou, não há mais nada daqui. Ora, essa é uma atitude completamente contraproducente; o senhor devia ter esse projeto sempre na calha, para poder lançar quando surgisse a melhor oportunidade. Era isso que o senhor devia ter feito. É evidente que toda a gente sabe que não podia ser lançado na altura, devido à situação financeira do Município, mas devia ter sido aproveitado para uma próxima oportunidade, e estar, de facto, em condições para o poder lançar em qualquer altura. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, temos aqui duas situações tratadas de forma completamente diferente: uma empreitada contratada a 9 de julho de 2020, com um prazo de execução de quarenta dias, já vai em cento e sessenta e dois dias e não se vê obra; um ajuste direto, de regime geral de aquisição de bens móveis e de serviços, com um prazo de execução de dez dias, o adjudicatário veio assinar o contrato no dia 21 de julho de 2020 e no dia seguinte o contrato foi fechado. Como é possível fazer um trabalho destes em vinte e quatro horas? -----

Sr. Presidente, muitas palavras para dizer tão pouco e que só servem para baralhar os mais desatentos, matéria em que tenho que reconhecer que é exímio. Por essa razão, tendo por objetivo o esclarecimento desta Assembleia, vou entregar requerimento à Mesa solicitando os seguintes elementos, e que os mesmos sejam agendados para a próxima reunião deste órgão,

a fim de serem analisados e discutidos: 1 - Maior ponte pedonal do mundo: qual a empresa contratada para elaborar o projeto; qual o valor dos honorários; pareceres das entidades competentes; e protocolo celebrado com o Município de Vila Nova de Foz Coa, e respetiva repartição de encargos. 2 - Arranjos urbanísticos no Largo do Castelo: o projeto, o parecer da DRCN; o auto de consignação; a discriminação dos trabalhos contratados e pagos nesta empreitada; os fundamentos que justificam o arrastar do prazo contratado. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, a questão da ponte pedonal está inserida também em tudo o que é o Douro Superior. Ou seja, o Douro Superior tem como centro geográfico o Douro, dentro da região que é Moncorvo, Foz Côa, Figueira e Freixo, grosso modo. Em vez de estarmos a falar sobre a ponte pedonal, eu perguntei ao Sr. Presidente se está no Plano de Infraestruturas do Governo a ligação do Pocinho a Espanha, isso é que era importante. Perguntei ao Sr. Presidente, mesmo que essa ligação não esteja a ser feita a nível ferroviário, todas as casas, todos os apeadeiros, todas as infraestruturas da antiga linha férrea vão ser usados? Esta ponte pedonal faz parte desse projeto maior que é a reabilitação de uma zona ribeirinha do Douro, que não tem um investimento por parte do Estado há anos, que esqueceu? Em 1986, 1987 – não sei bem o ano – fechou a via férrea, e nunca mais houve um investimento nesta região, nem na via férrea, nem no património do Estado, que deixou ao abandono, nem em novas infraestruturas. A ponte pedonal está inserida no melhoramento destas infraestruturas todas? Ou é um ato isolado? É que se é um ato isolado, tendo a concordar que é uma obra, se calhar grande demais. Mas, se estiver inserida na reabilitação de toda a área geográfica, faz todo o sentido. Gostava que explicasse mais um bocado em que parte é que está inserido esse projeto. -----  
E gostava que me falasse, só telegraficamente, sobre o “Aprende brincando”, se vai existir, ou não. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, companheiros: -----  
Eu tenho consciência de pertencer a um concelho pobre e muito pequeno – ou seja, com pouca gente – ouço apenas falar em projetos grandiosos, os maiores do mundo, sempre, estou farto

*[Handwritten signature]*  
*14*  
*Redo*

dessa conversa. Eu gostaria era de respostas para problemas bem pequeninos, e que nos afetam bem mais. -----

Todos se lembram que o Reboredo ardeu em 2017. Todos nós ouvimos aqui juras e juras, que ia ser repovoado, que ia ser reflorestado, isto e aquilo. Eu olho para o Reboredo, os Moncorvenses olham para o Reboredo, e até hoje vemos apenas sair camiões com madeira dos cedros cortados, que dão dinheiro. De resto, vemos um dia, em forma de passeio, irem para lá os indivíduos, dizem que foram plantar três hectares. Eu olho para lá, vou lá, no outro dia andei por lá a pé, eu não vejo lá árvore nenhuma, praticamente, esses três hectares que plantaram; vejo lá gestas. -----

Sr. Presidente, queria perguntar-lhe, ao menos floreste um bocadinho do Reboredo. E há coisas muito simples, delimite trinta hectares, mande para lá um trator, compre mil quilos de castanhas, espalhe-as por ali, nascem castanheiros bravos, que é a melhor floresta que pode fazer. -----

Outra pergunta muito simples, pequenina, que afeta muita gente, e já parece mal repetir: para quando a substituição dos canos da água do Larinho? Já parece mal água correr, no séc. XXI, em tubos de amianto, as águas pluviais a correr, metidas nos canos dos esgotos, os esgotos a correr a céu aberto noutra sítio. Sr. Presidente, são problemas pequeninos que deviam ser resolvidos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminada esta segunda ronda, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para responder. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Srs. Deputados. -----

Sr. Deputado Fausto, esqueci-me de lhe responder quanto aos transportes intermunicipais, que também me perguntou sobre os transportes intermunicipais da CIMDouro. Isto tem a ver com Moncorvo e Foz Côa. A rede dos transportes intermunicipais está a ser delineada, e vai ser emitido agora um aviso para um concurso público entre a CIMDouro, para os dezanove Municípios, onde a rede de Vila Nova de Foz Côa foi toda refeita. Portanto, eu espero sinceramente que quando for adjudicado, possamos ter essa questão resolvida. -----

Agora, nós não estamos de costas voltadas, há outros projetos, como por exemplo, a reabilitação da antiga ponte sobre o Rio Douro – a denominada por alguns Ponte Eiffel, a ponte de ferro – também está num projeto que pode ser através da Infraestruturas de Portugal com privados e com entidades públicas. -----

Obviamente que o Sr. Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa está dentro do assunto da ponte. Aliás, eu referi aqui também que Moncorvo e Foz Côa tinham um projeto comum no PROVER – está recordado disso, Sr. Deputado? – que era sobre a arte judaica. Estávamos os

dois com um mesmo projeto, que era a nossa reabilitação da sinagoga, e também com alguns percursos, através dos percursos judaicos de Foz Côa, que retirou o Município de Foz Côa, para apostar o PROVER nos passadiços. A Legislação hídrica, e que também serve para os Lagos do Sabor, veio dizer que há a possibilidade agora da reposição dos antigos caminhos que ficaram inundados. A ideia da ponte surgiu após isso – e já respondo ao Sr. Deputado José Aires – porque ali havia um caminho, digamos assim, que era o da Barca. -----

E isto para lhe dizer, Sr. Deputado José Aires, que não foi contratada nenhuma empresa. Quem apresentou o anteprojecto foram pessoas do Peredo dos Castelhanos, e que teriam que ter, obviamente, uma entidade pública na candidatura associada a esse anteprojecto. Ainda não há projeto, é um anteprojecto. E o que se está a questionar aqui é a reposição do tal caminho, que ainda estamos agora a refazer tudo, com fotografias antigas, com as pessoas a ser transportadas, e os animais, na barca, com o próprio caminho, com uma fotografia do carteiro que ia buscar as cartas ao outro lado para trazer, tudo isso está a ser tratado. -----

Agora, quando eu disse, Sr. Deputado Fausto, “se não conseguirmos”, se não conseguirmos a ponte, mas eu também disse que a ponte não era o mais importante. Deram-lhe o maior relevo porque a ponte é a maior. Mas, se quer que lhe diga, se não conseguirmos, mas conseguirmos trazer Urros e Peredo até aos Lagos do Sabor, acho que já fazemos muito bem feito aquilo que nós queremos, em termos de integridade do território. Se conseguirmos ir mais além, melhor, porque adicionávamos o património do Côa e o Museu do Côa. -----

Já lhe respondi, ao Sr. Deputado José Aires, que não existe. Portanto, não lhe vou trazer aquilo que não existe. Foi uma proposta feita por pessoas do Peredo, e que este Executivo acolheu. Foi apresentada numa reunião do Executivo. Terei todo o gosto, na próxima reunião, em vez de lhe trazer o projeto, convidar as pessoas que o apresentaram para vir aqui apresentá-lo, se acharem que é de interesse. Se acharem que é de interesse, trarei. -----

Quanto ao pavilhão, Sr. Deputado Fausto, o projeto está na Câmara Municipal, e foi pago na íntegra; o que faltava pagar, foi pago na íntegra. O problema tem a ver com duas situações: primeiro, o custo é um problema, mas não está posto de lado. Eu estava a dizer-lhe que as crianças em Moncorvo precisam de um pavilhão desportivo. Neste momento, o desporto não está enquadrado como estrutura base nas candidaturas, e são reprovadas. Se bem se recorda, naquele pavilhão, que tinha bancadas retráteis, e uma série de coisas, muito virado para o desporto – o senhor provavelmente está a confundir esse pavilhão com outro, que também era possível fazer, em acordo com a ACIM, que era um pavilhão para feiras. E nada foi deitado abaixo, vamos tentar candidatá-lo também, para promoção de eventos, de feiras, de uma série de coisas. Estamos a falar de duas realidades completamente diferentes. E eu não sou daqueles que o que é bom, deito fora; se vir que há possibilidade, e que temos capacidade real de o submeter numa candidatura, até pelo nome que o suporta, que é do Arq.º Souto de Moura, não

*[Handwritten signature]*  
H.  
Pedro

escamoteamos essa situação. Eu não sou daqueles que destilo ódio por destilar; haverá outros que gostam de o fazer, e destilam por aí ódio, eu não faço isso. Portanto, se houver possibilidade, cá estaremos. -----

Mas, como diz o Sr. Deputado António Júlio Andrade, há coisas pequeninas que, se calhar, são mais necessárias, e temos que as resolver. É o caso da motoniveladora, temos que resolver. --- Agora, duas situações, reflorestação do Reboredo: eu já trouxe a esta Assembleia Municipal, e volto a repetir: a reflorestação está candidatada pelo Município de Torre de Moncorvo. O despacho governamental colocou que as candidaturas não podem ser feitas pelos Municípios, mas pelo ICNF. Eu trouxe isso, trouxe a nossa proposta, e trouxe o despacho governamental, tem de ser o ICNF. Nós elaborámos a candidatura, foi entregue ao ICNF, e foi submetida, no valor de seiscentos mil euros (600.000€). Certo? Estivemos aqui três ou quatro anos com um problema, que é um problema legislativo. Quem é que pode submeter a candidatura? Tinha de ser o ICNF, o ICNF não a fazia. Os serviços da Câmara fizeram-no, o projeto todo – todo – e entregámos ao ICNF, que o submeteu. São seiscentos mil euros (600.000€). -----

Mas, também não é verdade que não se tenha feito nada. A própria EDP, nas medidas de compensação da Barragem do Baixo Sabor – e as máquinas andam lá – andam a plantar dezoito hectares. -----

Quanto aos canos que me referiu, eu vou levar isso à Assembleia da Águas do Interior Norte, para terem essa anotação, e para, na previsão dos investimentos, serem colocados lá – que de certeza estão. -----

O Sr. Deputado está a sorrir, mas eu digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: alguém que se ri de uma situação grave como é a violência doméstica, e põe os comentários que o senhor põe no *Facebook*, é alguém que demonstra muitas vezes aquilo que nós não queremos que seja demonstrado. E por isso, são situações graves, que não são para se rir. -----

E portanto, penso que respondi a todos. Sr. Deputado José Aires, será trazido o do Castelo; o outro, não, porque não existe nada. -----

O “Aprende brincando”: no “Aprende brincando” estão inscritas quinze crianças já, estão feitos os seguros dessas quinze crianças, e decorrerá nos termos normais, como tem decorrido nos anos anteriores. As inscrições são quinze crianças, com o seguro já realizado, e que será o normal. Está a decorrer ainda o período de inscrição. -----

Muito obrigado. -----

Sobre a violência doméstica, o que eu disse é que há vários problemas que não podem ser discutidos de forma leviana, e alguns comentários que são feitos por membros da Assembleia, que devem ser aqui colocados, não devem ser nas redes sociais. Portanto, estamos a rir de coisas que são demasiado sérias. -----

**PONTO 2 — PROPOSTA – AUMENTO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS. -----**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS) e **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Esta é uma proposta que trazemos à Assembleia, e que já foi discutida em várias Câmaras Municipais e Associações de Municípios. Como devem ter conhecimento, o Governo propôs um aumento de cem por cento (100%) das taxas de resíduos, passar dos onze euros (11€) que neste momento se paga por tonelada de resíduos, para vinte e dois euros (22€). Nós já fizemos ver, quer à Associação Nacional de Municípios – que também está contra – quer ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, que nem este é o momento correto para o fazer – não é este, porque entra em vigor em janeiro de 2021, e será incomportável, até porque, se bem se recordam, até ao momento, andámos anos e anos com a política dos aterros, era retirar as lixeiras e fazer aterros. E fomos financiados pela União Europeia, uma série de tempo, sobre os aterros. -----

Pois bem, neste momento, o Sr. Ministro entende – e bem, eu não faço isto, não dizendo que ele tem razão; não temos é os meios e as condições para o fazer, porque já há países que o fazem, em que as pessoas têm um cartão, têm os dias em que podem depositar os seus resíduos, e a taxa é-lhes cobrada com um cartão próprio que eles têm, e nos dias próprios. E portanto, é para vos dizer que se tivéssemos já implementado esse sistema – mas, não temos, nós temos um sistema de aterros. E portanto, estes onze euros (11€) a mais por tonelada – que se vão repercutir onde? Mais um problema. Vão repercutir-se na fatura da água, porque vão ser imputados na fatura da água pelos resíduos. -----

O que o Executivo Municipal aqui vem dizer à Assembleia Municipal, por forma a que se possa pelo menos tentar que o Sr. Primeiro Ministro veja que esta situação é incomportável neste momento, não temos condições para o fazer, e que vai agravar a vida das pessoas, porque vai ser imputado a cada um dos consumidores. E portanto, não dizemos que somos contra a proposta na generalidade; somos contra a oportunidade de agora haver um aumento de cem por cento (100%) na taxa dos resíduos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições. Faça favor, Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu fico espantado é como existe um preço a nível nacional para os resíduos que são depositados, mas não existe um preço a nível nacional para a água que se consome. E por isso, o Concelho de Moncorvo paga a água mais cara do país. Portanto, eu acho que o dever fundamental, meu, vosso e da Câmara, é exatamente batermos o pé contra essas injustiças, e reclamar contra isso. Por que é que há um tarifário a nível nacional para a luz, para os resíduos – que está aqui – e não há para a água? -----  
É isso, só, neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente ao requerimento que eu lhe entreguei, não sei se tem consigo, é que, por lapso, eu coloquei dois, e era só para entregar um, que é o 04. Se me pudesse devolver o 05, porque ainda não sei se pretendo entregar, agradecia. Muito obrigado. -----

Relativamente aqui ao ponto em discussão, que foi agendado no Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos desta Assembleia, dizer apenas o seguinte: Sr. Presidente da Assembleia, este ponto foi agendado, mas, na nossa opinião, e na minha opinião em concreto, não vem devidamente instruído. Faltam a resolução do Conselho de Ministros e respetivo diploma legal que permitam a esta Assembleia perceber os fundamentos que deram origem à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Por isso, proponho que o assunto seja adiado e novamente agendado para a próxima reunião, para poder ser estudado, debatido e, em consciência, ser tomada uma posição. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, muito lapidarmente, Sr. Deputado, trazer em fevereiro algo que querem pôr em vigor em janeiro, está resolvido por ele próprio. Se acha que tem dificuldade em perceber que o que até agora pagávamos a onze euros (11€), vamos pagar a vinte e dois (22€), no único sistema, que é o que nós temos, que é o sistema de aterros – não temos outro. Mas, acho que trazer na próxima reunião não tem lógica nenhuma, parece-me isso evidente. Parece-me evidente que se sáísse hoje ainda, se possível, uma certidão para o Sr. Ministro do Ambiente e para o Sr. Primeiro Ministro sobre esta situação, que achamos que é completamente descabida, até desde logo porque os Municípios estão a fazer um esforço enorme de isentar a maior parte das taxas, e agora querem aplica-nos mais uma. Parece-me a mim que era por isso. -----

E portanto, a Câmara não retirará esta proposta que está aqui a fazer à Assembleia Municipal, e cada um assumirá as suas responsabilidades. -----

Sr. Deputado António Júlio, eu até concordo com o que o senhor disse, e até vou mais longe: se a nós nos fica mais caro fazer saneamento – que fica mais caro – ramais de água – que nos fica mais caro, porque temos povoações muito dispersas, em territórios muito vastos, e muitas vezes com pequena dimensão – em Lisboa, num prédio, faz-se tanto com um único ramal, como praticamente nós temos que fazer para uma freguesia – eu estou de acordo. E até estou de acordo noutra coisa: por que é que nós pagamos o mesmo preço de eletricidade, se somos nós que temos que ter aqui as barragens, com os custos ambientais que nos trazem? Eu estou de acordo, mas não se podem esquecer que essa era a proposta do anterior Governo, nomeadamente do Ministro Jorge Moreira da Silva, que entendia que o litoral devia ter uma sobretaxa, para poder ser reduzido nos do interior. A primeira medida deste Governo e do Ministro do Ambiente foi reverter essa medida, foi revertê-la. E as pessoas também se esquecem, às vezes, de quem eram os primeiros subscritores de ações contra a medida do Governo anterior, e onde é que eles foram parar. -----

Estas são duas situações, mas no resto, eu estou de acordo consigo – só não estou de acordo que o Município paga a água mais cara do país. Nisso, não estou de acordo, nem corresponde à realidade. -----

Agora, a questão que temos é que vamos ter que ser cada vez mais eficazes e racionais no gasto da água, porque os preços são impostos até pela ERSAR. E vejam bem onde é que isto está a chegar: numa candidatura que se fez de biorresíduos, em que se tentou que todos os Municípios do Douro Superior entrassem, foi chumbada a candidatura porque dos cinco que fizeram, só uma, que era Torre de Moncorvo, é que cumpria os critérios da ERSAR. Portanto, vejam bem ao ponto que isto está a chegar. E a agregação permite-nos ir a um determinado investimento que, de outra forma, não conseguíamos. E pode ter a certeza que na próxima Assembleia, este assunto será levado à Assembleia da Águas do Interior Norte, sobre o problema do Larinho e da alteração da canalização – que não é só no Larinho, é em muita parte do concelho, e em muitas freguesias; não é só no Larinho. -----

E portanto, nos investimentos que hão de ser aprovados para o ano de 2021, tendo em conta isto – para vos dizer que o BEI já veio apoiar uma série de investimentos, está também esta parte, principalmente os canos de amianto, como disse, que existem lá, todos esses estão para ser retirados já em 2021. Portanto, irei levar isso, e depois trarei aqui a resposta do Conselho de Administração. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Está aberto o segundo período de intervenções. Sr. Deputado José Aires, penso que é a única intervenção. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente ao esclarecimento que o Sr. Presidente da Câmara também prestou, indicar que, realmente, se tem que ser obrigatoriamente, ou em termos também aqui políticos, por causa da entrada da medida em vigor a 1 de janeiro, submetida ou realizada por nós esta proposta, e esta moção ir a votação, aí deveria ter, como já disse anteriormente, colocado os elementos necessários para análise da mesma, porque, Sr. Presidente, o desmazelo a que se tem assistido no nosso concelho, com os ecopontos completamente cheios, a transbordar, demorando meses a ser feita a recolha, contribuindo para a degradação da qualidade de vida e impossibilitando as boas práticas já interiorizadas pelos munícipes ao longo de décadas, obriga ao depósito de lixo reciclável nos contentores dos indiferenciados, aumentando conseqüentemente o número de toneladas a depositar no aterro da Resíduos do Nordeste. Com tais procedimentos, as metas traçadas pela União Europeia para a diminuição de depósito em aterro ficam seriamente comprometidas, acarretando, recorde, penalizações financeiras ao país e conseqüentemente a todos nós. -----

Para se poder perspetivar as metas a médio prazo do aumento de resíduos, a Resíduos do Nordeste deveria apresentar um plano que compromettesse o Município a diminuir, com base nos dados dos últimos cinco anos, qual a quantidade de resíduos produzida anualmente no nosso concelho, e igualmente para a recolha seletiva, dados esses que o Município deveria disponibilizar a esta Assembleia para o assunto ser analisado, debatido, e com os objetivos traçados pelo Executivo, podermos tomar uma posição. -----

Já agora, qual o contrato de concessão assinado pela Associação de Municípios, da qual V. Exa. é o Presidente, com a empresa que faz a recolha, higiene urbana e transporte a aterro dos resíduos do nosso concelho? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, tem a palavra. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Sr. Deputado, como deve ser do seu conhecimento, nós temos uma estação de transferência de resíduos em Torre de Moncorvo. Sabe isso, não sabe? Paga e candidatada pela Associação de Municípios do Douro Superior, em junho ou julho de 2013. Dois ou três meses antes, foi feito um comodato com a Resíduos do Nordeste, ainda não percebemos por quê, a dois meses das eleições. E isto é que foi grave. Há duas situações diferentes: naquilo que o senhor falou, em

termos de ecopontos, e uma série de coisas, é a empresa Resíduos do Nordeste que faz. E aí, o Município de Torre de Moncorvo, tal como o de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, são representados pela Associação de Municípios, não são os Municípios per se, porque a acionista é a Associação de Municípios. Outra coisa são os resíduos urbanos. Essa, como sabe, foi feita num concurso público que teve uma série de contratempos, esteve no Tribunal de Contas uma série de anos, e que foi à empresa que está aí, que é a Focsa. São duas situações diferentes. Eu não sei qual é a que o Sr. Deputado quer, a que estamos a falar concretamente neste ponto, ou a de limpeza urbana. Neste ponto, é a Resíduos do Nordeste, em que temos o problema que a nossa estação de tratamento – e digo “nossa”, do Douro Superior – foi comodatada à Resíduos do Nordeste, e com problemas, em que estamos, não digo mensalmente, mas muitas vezes a reclamar sobre a empresa Resíduos do Nordeste – porque, repare que nós, como meros acionistas, só temos conhecimento na Assembleia, que é representada, como lhe disse, pela Associação de Municípios, e neste caso, pelo Sr. Presidente da Câmara de Mogadouro – não é o Presidente da Associação de Municípios do Douro Superior, é o Sr. Presidente de Mogadouro que está a representar – neste caso, temos tido esses problemas com a Resíduos do Nordeste. Mas, a própria Resíduos do Nordeste é contra esta posição governamental. Porque o que estamos aqui a discutir é: na sua rua, na minha, na de qualquer um de nós, o que nós temos são ecopontos normais, e depois temos os caixotes do lixo, e depois temos uma estação de tratamento para aterro; não temos ainda a diversificação a que esta taxa está alocada. É só isso, o que estamos aqui a tratar é só isso, é que ainda não temos meios, nem que queiramos, para fazer o tratamento. É que não se trata da diferenciação nos ecopontos, não tem nada a ver com isso; tem a ver, única e exclusivamente, com que nós só temos aterros no Nordeste, não temos outro tipo de solução. E não está a ser diferenciada em termos nacionais; é uma taxa que é de aplicação nacional, e de âmbito geral, sem nos darem hipótese – e mais, quando ainda estamos a fazer candidaturas para os aterros, e foram abertos avisos. E ninguém estava à espera, obviamente, que no meio deste processo todo, ainda não concluído, estivéssemos agora com esta situação. E daí eu ter dito, não discordo de tudo aquilo que disse, das metas que temos que atingir, temos é que ter os meios para poder efetivamente conseguir. Aí sim, aí é como o consumidor: quem consome mais tem de pagar mais; quem polui mais, tem de pagar mais. Aí estamos de acordo, têm é que nos dar os meios para nós também podermos estar dentro dos parâmetros europeus, que ainda não estamos, infelizmente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----  
Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2: Proposta – Aumento da Taxa de Gestão de Resíduos. -----

16.  
Pedro

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção** (do deputado José Aires) **aprovar a proposta, que aqui se dá como transcrita para todos os efeitos legais**". ----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 3 — REGULAMENTO MUNICIPAL DAS HORTAS COMUNITÁRIAS SUSTENTÁVEIS DE TORRE DE MONCORVO.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

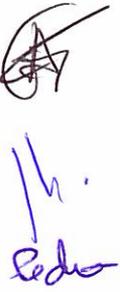
-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Como sabem, as hortas urbanas existiam onde hoje é o Parque Eng.º Aires Ferreira, e portanto, foram deslocalizadas para o S. Paulo, e estão neste momento prontas para serem entregues aos que se inscreverem para, depois, lhes serem entregues. -----

O que é que se pretende com isto? Pretende-se fomentar a prática da horticultura biológica sustentável, dando oportunidade de cultivar os seus próprios produtos aos munícipes que não possuam terreno próprio, privilegiando as famílias mais desfavorecidas; promover uma alimentação saudável com os produtos biológicos, com produtos vegetais provenientes da agricultura tradicional; proporcionar uma proximidade de estreita conexão com o ambiente, visando a sua defesa, ao promover atividades para as famílias na área da educação e sensibilização ambiental; valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na manutenção do mesmo; consciencializar a comunidade para as práticas da sustentabilidade ambiental através da economia da água, consorciações de culturas em detrimento de fertilizantes químicos; promover atividades ambientais para as famílias; potenciar a utilização da compostagem, bem como sensibilizar as populações para a necessidade de redução e reutilização dos resíduos; promover os valores e atividades que se insiram no espírito refletido neste projeto que aqui temos. -----

Ou seja, é uma agricultura urbana. Eu espero que as pessoas estejam em condições de poderem estar a iniciar a sua inscrição. Este regulamento esteve já em apreciação pública, não houve alterações, para além daquelas que foram promovidas pelo Executivo Municipal, que foi dividir



dois lotes, são trinta e oito lotes, poderemos ter aqui trinta e oito famílias a inscrever-se e a ter o seu pequeno pedaço de terreno, mas que contribua também para a melhoria da economia familiar. -----

E é este o documento que pomos à vossa apreciação e votação, para dessa forma iniciarmos agora a abertura das inscrições e a entrega dos lotes. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Portanto, está aberta a discussão do Ponto n.º 3. Inscrições? Como não há inscrições, passaremos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar o “Regulamento Municipal supra identificado” que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE TARIFA SOCIAL E TARIFA FAMÍLIA NUMEROSA DE ABASTECIMENTO, DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS), António Júlio Andrade (PS) e Luís Dias (Coligação PPD-PSD/CDS-PP).** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor de se pronunciar sobre o Ponto n.º 4. ---

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Este projeto, e este regulamento municipal da tarifa social e tarifa de famílias numerosas de abastecimento de água, de saneamento e resíduos sólidos do Município de Torre de Moncorvo, esteve também em discussão pública, e houve só aqui uma pequena alteração, e por isso aqui está novamente presente, que é as famílias numerosas pagarem o terceiro escalão de consumo, até vinte e cinco metros cúbicos, ao preço do tarifário do segundo. Ou seja, se forem além dos vinte e cinco metros cúbicos, pagam como os outros, mas até vinte e cinco metros cúbicos, em vez de pagarem no terceiro escalão, pagam com os preços refletidos no segundo escalão. É uma forma também de promover aqui a natalidade. -----

Mas, temos, para além disso, outra situação: são descendentes e ascendentes. Ou seja, uma família que tenha os pais ainda com eles, ou os avós, também se podem candidatar a este regulamento, que lhe permite que não sejam faturados ao nível do terceiro escalão, mas sim do segundo, e é um contributo também social da Câmara Municipal. -----

Entretanto, no primeiro escalão, que são as famílias desfavorecidas e extratos sociais com dificuldades económicas, estavam até aos cinco metros cúbicos, e neste momento, nesta proposta, passaram até aos quinze metros cúbicos a pagar o preço do primeiro escalão. Ou seja, houve aqui um aumento de dez metros cúbicos, também no preço que se irá refletir na fatura, e que será o Município a comparticipar e a subsidiar. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão. -----

----- **O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Fazendo aqui um preâmbulo muito rápido ao assunto, este vai em linha com a proposta que o Sr. Presidente apresentou, de ir contra o aumento da taxa de resíduos, de onze euros (11€) para vinte e dois (22€). Isto por quê? Isso iria refletir-se na conta da água de todos os Moncorvenses, porque é a única forma que os Municípios têm para cobrar essa taxa aos contribuintes. Ou seja, nós, com essa medida, estamos a ajudar o contribuinte, também a diminuir os gastos que o Município tem de pagar à Associação de Municípios do Douro Superior, para essa posteriormente pagar à Resíduos do Nordeste. -----

Isso, coadunado com esta proposta, é de louvar, porque permite baixar o encargo da água aos contribuintes Moncorvenses, nomeadamente com dificuldades económicas. -----

E deixar só aqui um apontamento no regulamento, este regulamento será para aplicar em 2021, certo? Mas, as pessoas têm que se inscrever. Fazer só um reparo ao art.º 6.º, que menciona que a inscrição tem que ser feita até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao que vai ser visado. Portanto, as pessoas que se quiserem inscrever para o próximo ano, tem que haver aqui uma correção neste artigo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, confesso que não venho preparado para discutir este ponto – aliás, o meu computador já é um bocado velho, nem consegui abrir os documentos que me mandaram, não consegui ler. Mas, quero dizer uma coisa muito simples: eu

não gostaria de tomar hoje uma posição, e eu acho que este problema da água é muito sério para os munícipes, e devíamos primeiro olhá-lo como um todo, e discutir as coisas como um todo. Por exemplo, eu recorde-me – aliás, comecei a ver isso nos tempos em que era Vereador, encarregado da distribuição da água – e é o seguinte: até cinco metros, sempre adotaram o sistema de que os pobrezinhos só gastam até cinco metros, isto e aquilo, sempre as tarifas sociais, quando, na verdade, nós chegamos à conclusão, se forem ver a distribuição, verificam que noventa por cento (90%) dos indivíduos que consomem até cinco metros são os indivíduos que têm dupla casa, que moram em Lisboa, no Porto, no estrangeiro, e que vêm aqui, e querem ter água quando chegarem, e portanto, nunca gastam os cinco metros. São os beneficiados, afinal de contas, dos cinco metros dos escalões baixinhos, são os indivíduos mais ricos, não são os mais pobres. E eu penso que nós deveríamos preparar-nos e fazer uma discussão alargada de todos os pontos, a respeito da distribuição de água e dos preços da água e dos esgotos, etc., porque situações assim, famílias numerosas, e não sei que mais, há segmentos da população, que as pessoas das famílias numerosas são os pobrezinhos, mas com os seus brutos carros, são os que abonam dinheiro, que andam com ouro, andam com tudo. -----  
Sinceramente, eu não vinha preparado para discutir isto, mas alerta, eu acho que deveríamos suspender este ponto, e ter primeiro uma discussão profunda e séria sobre essas coisas.-----  
E já agora, Sr. Presidente da Assembleia, agende realmente um ponto para discutirmos a reflorestação do concelho. É uma sugestão, não é uma exigência. É que há muitas coisas que deveríamos discutir a sério; não é a brincar, mas a sério mesmo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Uma boa medida do Executivo, ajudar quem mais precisa, uma medida social. Eu só gostava de saber se temos uma estimativa de quanto é que custará à Câmara Municipal esta medida, por ano, qual será o custo desta medida. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, novamente, pelas questões colocadas. ----  
O art.º 6.º, Sr. Deputado, foi aquele também que foi alterado, e que foi melhorado na reunião do Executivo. Aqui tinha dois números, e ficou o corpo único do artigo, como “*as candidaturas devem ser apresentadas anualmente até 30 de setembro*”, porque, depois, nós temos de reportar, quer à ADIN, quer também à ERSAR. Neste primeiro ano, é janeiro, fevereiro e março. Foi aqui informado pelo Sr. Vereador que tem este pelouro que já há um acordo entre eles, que até março se podem inscrever. A partir do próximo ano é que é até 30 de setembro, e está acautelado

dessa forma. -----  
Bom, nós ainda não temos, efetivamente, um valor seguro do número de candidaturas que poderá haver. O que nós temos inscrito no Orçamento, em termos de apoio às participações sociais, e apoio à subavaliação da água – ou seja, daquilo que os municípios não pagam – são quatrocentos mil euros (400.000€) que a Câmara Municipal vai subsidiar a todos os municípios do Concelho de Torre de Moncorvo, onde se incluem também estes. É o que está previsto em Orçamento, quatrocentos mil euros (400.000€). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----  
Segundo período de inscrições. Não havendo inscrições, passamos, então, à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar o “Regulamento Municipal supra identificado” que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

#### **PONTO 5 — ACORDO.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito rápido, Sr. Presidente, porque sei que o Sr. Presidente, e eu próprio, e alguns membros daqui, temos a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro. -----

É um acordo muito simples. Em 21 de abril de 2011, foi celebrado um acordo com o então Executivo e com duas municípios, tinha a ver com a desocupação de uma parte do Museu do Ferro, e uma contrapartida de uma entrega de uma habitação pertencente à Câmara Municipal.- Entretanto, o acordo foi assinado, foi assinado em abril de 2011, estava condicionado à possibilidade e à capacidade jurídica de se fazer a propriedade horizontal, onde essa casa que foi permutada seria entregue. -----

Terminou-se a propriedade horizontal, e estamos, então, em condições neste momento de celebrar a escritura com as senhoras que entregaram também a parte do Museu do Ferro. -----

E é esta situação que aqui temos, só para autorizar a fazer a escritura pública, que já estava num contrato-promessa, digamos assim. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições. Ninguém se está a inscrever. Então, passamos diretamente à votação deste acordo entre as proprietárias e a Câmara Municipal. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por unanimidade, concordar com a informação e proceder à elaboração da respetiva escritura.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---

---

**PONTO 6 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DE EMPREITADAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE BENS.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PPD-PSD/CDS-PP) e **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito rapidamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que aqui está é o que passará com valores previsíveis de 2020 e 2021 – porque não serão terminadas durante este ano, e como tal, passam para outro ano económico, e temos que trazer aqui a lista e a designação das empreitadas, bens e serviços à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Inscrições relativamente ao Ponto n.º 6? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente aqui ao ponto em discussão, gostava só de pedir aqui alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Verifico aqui o valor de cento e oitenta e três mil, duzentos e setenta euros (183.270€) para prestação de serviços de assessoria e consultadoria jurídica geral, a que é que se refere este valor. Tenho conhecimento de um contrato, que consultei na Base.Gov, de cento e quarenta e

*Handwritten signature and initials*  
14.  
Pedro

nove mil euros (149.000€), se está aqui englobado, e se existe mais algum contrato afeto a este valor. -----

Aqui também uma questão que tem a ver com o valor que é gasto, noventa e um mil, oitocentos e cinquenta, ponto vinte e cinco (91.850,25€), que se gasta em 2020 e 2021, nessa repartição de custos, que diz respeito à prestação de serviços de conservação e manutenção do Parque Verde Quinta da Judite e da Ecopista do Sabor. É que aqui, relativamente ao Parque Verde da Quinta da Judite – ou Parque Eng.º Aires Ferreira, como é agora designado – o que é que acontece? Verifico que algumas árvores realmente secaram, e se o Município, na fiscalização deste tipo de prestação de serviços e empreitadas, se tem esse conhecimento, e se vai agir de forma a serem substituídas. Ao nível da Ecopista do Sabor, acho que tem sido visível, nomeadamente na parte montante, para quem segue na direção do Larinho e Carviçais, o estado de degradação evidente das guardas, bancos, painéis, outros elementos. E aqui também, se está contemplado nesta prestação de serviços, se já foi alertado para esta situação o prestador de serviços, e qual foi o prazo que ele deu, que se comprometeu, para que esses elementos fossem substituídos ou reparados. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado José Aires. Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** É uma dúvida apenas, a penúltima linha do quadro, transportes escolares, circuitos normais e circuitos especiais, há um grande acréscimo – passa de setenta e seis mil euros (76.000€) para cento e vinte mil (120.000€) – o por quê. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor de responder às questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado José Aires, o que está no valor total é com IVA, na totalidade; o que está na Base.Gov, é sempre sem IVA. Só tem a ver com isso, não tem a ver com mais nada. -----

Quanto às árvores que falou, no Parque Eng.º Aires Ferreira, que secaram, as mesmas estão ainda – porque ainda não libertámos as cauções ao empreiteiro – com o empreiteiro, que tem que as substituir. -----

Na parte que falou, da Ecopista, há ali duas situações, como sabe: uma é da responsabilidade da Dourogás, que estamos à espera que seja feita a reposição de saibro e compactação, e a Câmara Municipal retirou algumas das guardas, e limpeza de taludes, e vem agora em 2021.

Está a dizer-me o Sr. Vereador responsável pelo pelouro que o material urbano a ser substituído está neste Orçamento de 2021. -----

Quanto aos transportes, a questão aqui está que quando nós trazemos isto, é de setembro a dezembro, e depois, janeiro a junho, e setembro a dezembro, daí a discrepância de valores. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Segundo período de inscrições. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor de intervir, é a única inscrição. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu sou leigo na matéria, sempre pensei que a Câmara tinha gente à altura e funcionários bons, que fossem suficientes para gerir os recursos humanos. Vejo que a Câmara precisa de gastar quarenta e nove mil euros (49.000€) em consultadoria de recursos humanos. Não sei o que é que isso significa. -----  
Também tinha o parque, lá em baixo, que já fez o José Aires a pergunta. -----  
E mais nada, era só isso, como é que a Câmara precisa assim de consultas para recursos humanos, no valor de cinquenta mil euros (50.000€), tendo os funcionários. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, esta prestação de serviços de consulta de recursos humanos é de uma área muito específica, que é os objetivos que cada ano temos que tratar para os diversos funcionários, que é a classificação, digamos, e o SIADAP. Trata-se disso. Eu continuo a dizer que tenho a certeza que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, com os meios humanos que tem, que são excelentes funcionários, para aquilo que estão devidamente capacitados. Esta é uma coisa completamente diferente, que é a definição da estratégia e a definição da própria avaliação dos funcionários da Câmara. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----  
Passamos, então, à votação do Ponto n.º 6. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, **deliberou por maioria, com 26 votos a favor, 1 voto contra** (do deputado António Júlio Andrade) **e 1 abstenção** (do deputado Pedro Pereira) **autorizar e aprovar a “Repartição**

de Encargos do Ano de 2020/2021 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”. -----

----- **O Deputado António Júlio Andrade:** Já agora, Sr. Presidente, permita-me que leia a justificação do meu voto contra. Votei contra – foi o único voto – e devo justificar por que é que voto contra:-----

-----**Declaração de Voto**-----

“Voto contra por entender que a Câmara Municipal tem um corpo de funcionários competentes e não se justifica uma despesa de 183.270,00€ (cento e oitenta e três mil duzentos e setenta euros) na contratação de Serviço de Assessoria e Consultoria Jurídica, bem como 49.815,00€ (quarenta e nove mil oitocentos e quinze euros) Serviços de Assessoria e Consultadoria na área de Recursos Humanos”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---

---

**PONTO 7 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2021.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor de se pronunciar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito telegráfico. -----

Como todos os anos, trazemos à Assembleia Municipal uma proposta de um empréstimo a curto prazo, um empréstimo de tesouraria, no fundo, para colmatar algumas situações que possam surgir, que são quinhentos mil euros (500.000€), e a serem utilizados, terão que ser pagos de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano civil. Como podem reparar no quadro que vos foi entregue, logo na situação económica do Município, o Município contratou no ano passado também quinhentos mil euros (500.000€), e como podem ver, não tem um único cêntimo de dívida, porque o que foi utilizado, foi pago. É só para fazer face a algumas situações, principalmente no mês de março e de junho, temos ali alguma concentração nos empréstimos bancários que foram sendo assumidos pela Câmara Municipal. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou, por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção** (do deputado António Júlio Andrade) **autorizar a “contratação de um empréstimo de curto prazo para vigorar durante a vigência do orçamento para 2021, junto do Banco BPI, até ao montante de 500.000,00€ em regime de conta-corrente, com a taxa de juro variável, indexada à EURIBOR a 12 meses, acrescida do spread de 0,19%, com pagamento de juros postecipadamente em prestações trimestrais e aprovar as cláusulas contratuais”.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---

---

**PONTO 8 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2021 – ORÇAMENTO DA RECEITA, ORÇAMENTO DA DESPESA, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E MAPA DE PESSOAL.**

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **João Pavão** (PS), **Luís Dias** (Coligação PPD-PSD/CDS-PP), **António Eduardo Carvalho** (PS), **José Aires** (PS), **João Leonardo** (Coligação PPD-PSD/CDS-PP), **Fausto Tiago** (PS). -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Este é o documento macro que nos vai reger para o ano de 2021. Eu próprio, na minha declaração de abertura – ou na mensagem, se assim o quiserem – digo que este foi o Orçamento mais difícil de fazer, por duas razões: fecho do quadro comunitário, início de um novo quadro comunitário – que ainda não sabemos o que é que vai ser, e com o que é que vamos contar – aliás, a estratégia para o norte do 2021-27 foi delineada e apresentada na quarta-feira, no Conselho Regional que houve no norte. Nós tentámos, de alguma forma, ter aqui as gavetas previsionais de projetos, e daquilo que nós entendemos que poderá vir a ser grande parte do financiamento europeu, e também acomodarmos todas as obras que estão em curso, para fecho do quadro 2020, e também para fazermos aqui as obras que entendemos que são necessárias. Está aqui acomodado, como disse, o “Primeiro Direito”, está acomodado aqui um valor a transferir diretamente para as freguesias, para elas próprias poderem fazer aqui o seu trabalho.- E para vos dar alguns exemplos só, porque penso que será muito mais fácil desta forma, os novos que não estavam previstos no anterior, mas que estão agora previstos nestes documentos,

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten name]*  
*[Handwritten name]*

a nível do Plano de Atividades Municipais, têm a ver com a gestão de eficiência energética na iluminação pública, que é o “Município LED”, com cerca de 145.000€, temos aqui também as candidaturas intermunicipais, que têm um valor, algumas, de alguma relevância, as candidaturas ao património natural, as candidaturas com os GAL’s, que é o GAL Rural do Douro Superior, também aqui previsto, a aquisição, gestão e manutenção da Grande Rota n.º 36, a elaboração de uma série de planos, quer municipais, quer intermunicipais, temos aqui os transportes escolares intermunicipais e a rede de transportes municipais, estes são novos, temos aqui também as compensações, que tivemos da Autoridade de Transportes o parecer positivo, e já aqui trouxemos, temos aqui também as situações de emergência motivadas pela pandemia Covid, uma nova rubrica que aqui está também, de apoio – e aqui, estamos a falar de 200.000€ - as participações sociais para os munícipes e IPSS’s na contribuição da água, que são cerca de 400.000€ que a Câmara se propõe assumir, temos aqui um projeto que estamos a levar a cabo com a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, nos Planos de Atividades Municipais, para podermos prever, em 2024 ou 2025, que o campeonato do mundo seja realizado nos Lagos do Sabor, e para isso temos de ter provas, e estamos a candidatar uma Copa Ibérica e um Europeu, para depois, sim, a partir de 2024, 2025, termos o campeonato do mundo aqui em Torre de Moncorvo. -----

Temos também o apoio ao comércio local, com o “Vivo aqui, compro aqui”, é uma medida Covid-19, mas que, como eu aqui disse, se esta situação se mantiver, queremos aproveitar para, durante a páscoa, também estarmos aqui. Temos a Arte Urbana, temos um conceito que é a Rota dos Santuários, em que consigamos aqui, com Felgueiras, Felgar e Adeganha, fazer uma Rota dos Santuários que são reconhecidos em Torre de Moncorvo, e temos um que me é muito caro, que é o Plano de Salvaguarda do Montesinho. A nossa ideia é constituirmos uma estratégia para o Bairro do Montesinho, em que através de uma equipa também da Câmara Municipal e com pessoas de fora, arquitetos, possam olhar para aquele bairro e ser requalificado todo, para podermos dar outra imagem e conseguirmos também, através da estratégia do “Primeiro Direito”, requalificar ali uma série de casas. E portanto, este Plano de Salvaguarda que é necessário, para depois executarmos, eu gostaria muito que estivesse pronto no primeiro semestre do ano de 2021. -----

Quanto ao PPI, estamos a atuar muito na parte da tecnologia, evolução tecnológica, conseguirmos fazer aqui uma série de coisas. Só para terem uma ideia, na CIM Douro houve dois Municípios que se candidataram nesta situação de conseguirmos colocar computadores para todas as crianças, foi Alijó e Torre de Moncorvo – estamos a falar de um investimento de cerca de 80.000€, para conseguirmos que todas as crianças, e não só aquelas que estavam previstas no decreto do Ministério da Educação, mas todas as crianças possam ter as mesmas oportunidades em termos de computador, internet e essas coisas. -----

Temos também, com os Srs. Presidentes de Junta, para além de alguma série de trabalhos necessários e de projetos, as construções e beneficiações de uma coisa que, lá está, como diz o Sr. Deputado António Júlio Andrade, é necessária, que são, por exemplo, os WC's públicos em cada uma das freguesias, nem que seja de apoio para as festas de verão que fazem, e que já estão aqui contemplados. -----

Temos aqui também, juntamente com a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) um projeto que já foi aprovado, que tem a ver com a beneficiação da Igreja da Adeganha. A Igreja da Adeganha, como sabem, é um monumento nacional, está aprovada toda a beneficiação e reestruturação, e vamos iniciá-lo já em janeiro de 2021. Fizemos a candidatura de 300.000€ com a Direção Regional de Cultura do Norte também, para a recuperação do altar-mor da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, e vamos dar também um seguimento a várias rotas, nomeadamente a Rota de Santiago. -----

Depois, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor, temos aqui o Município ECOXXI, que tem a ver com os restabelecimentos dos acessos fluviais entre Felgar, Cardanha e Adeganha, está aqui também o Larinho, com um problema que temos no Larinho, naquele estabelecimento, por estar muito próximo da barragem, e que estamos a tentar resolvê-lo de outra forma, mas que também está aqui neste Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável. E temos aqui um projeto, que este foi candidatado à Associação de Municípios do Baixo Sabor e já está aprovado, que é uma ação no âmbito do fundo do Baixo Sabor, que se chama "Sabor Lake Resort", que é a elaboração dos projetos de arquitetura, paisagismo e especialidades do Núcleo Turístico do Lago de Silhades. -----

Depois, temos aqui a continuação do apoio a diversos miradouros – os que já estão e os que serão também feitos – e uma série de situações que têm a ver com os pontões que temos nas ribeiras, alguns que precisam de requalificações, e que estamos também, juntamente com a APA, a trabalhar nesse levantamento e execução em 2021. -----

Portanto, este é um documento previsional, que esperamos concluir. -----

E dar-vos só uma situação naqueles apoios que temos neste plano, de apoios sociais, cerca de 1.500.000€, que têm a ver com as situações de emergência motivadas pela pandemia, com 200.000€, com a ADIN, as participações sociais, de 390.000€, o apoio ao comércio local, com 30.000€, o apoio ao protocolo para transportes de doentes oncológicos, de 150.000€, com o programa de vacinação, de 20.000€, o plano de erradicação da pobreza, com ajuda ao arrendamento local e em obras em casa própria, de 20.000€, o Programa "SOS Teleassistência", um protocolo com a Cruz Vermelha, onde são monitorizados os nossos idosos que possam estar sozinhos, temos aqui um programa de 5.000€, temos um serviço público de transporte de passageiros, como disse o Sr. Deputado Fausto, para que não aconteça o que aconteceu em algumas freguesias, temos aqui um apoio, em termos de compensação, de 72.000€. -----

Quanto ao apoio habitacional a extratos sociais desfavorecidos, também 70.000€. E no Programa “Primeiro Direito”, temos a aquisição de casas, que eu espero que seja até 31 de dezembro ainda, de 90.000€, na reparação e beneficiação das casas sociais do Município, 375.000€, e um apoio ao arrendamento local, de 25.000€ - tudo isto nos apoios sociais que saem diretamente dos cofres da Câmara. -----

Estamos também empenhados em que os protocolos com as diversas associações do concelho sejam uma realidade. E portanto, temos aqui cerca de 627.200€. E temos, com as Juntas de Freguesia, o propósito de fazermos aqui um acordo concreto, de 315.000€ - para além das outras situações que são tratadas numa lógica de cooperação entre o Executivo Camarário e as Juntas de Freguesia, temos aqui orçamento próprio para as Juntas de Freguesia de 315.000€, que serão geridos, obviamente, por cada uma das Juntas de Freguesia, como elas bem entenderem, dentro daquilo que é a capacidade e as competências da Junta, verificadas, depois, pela Câmara Municipal. -----

É, portanto, um documento abrangente, como tinha de ser, mas é previsional, num novo sistema – deixámos o POCAL, que já vínhamos a falar há alguns anos, e entrámos no SNCAP. Na minha parte, entendo que é mais complicado de perceção – nós tivemos o cuidado de enviar para os líderes de todas as Bancadas Parlamentares com dez dias de antecedência, e não foi antes por uma razão: houve um aditamento, que foi votado na reunião de sexta-feira, que teve a ver com uma coisa muito simples: na eficiência energética que nós candidatámos, que é o “Município LED”, recordo que Cabeça Boa, Castedo, Horta e Lousa estão ainda na dependência da EDP já com LED; toda a outra parte do concelho, vai ser através da ESE, e que iniciámos agora. Havia o entendimento de que esta rubrica deveria ser em fornecimento de energia em BTE, e, entretanto, fomos esclarecidos, nomeadamente até pelo Tribunal de Contas, que a rubrica correta não é “fornecimento de energia”, mas sim “prestação de serviços”. Por isso, tivemos de levar esta adenda na sexta-feira. Não se tratou de alterações de valores, tratou-se só de incluir na rubrica correta esta candidatura, que irá, salvo erro, durante o mês de janeiro para o Tribunal de Contas, e tinha de estar corrigido para estar devidamente cabimentado. E por isso, não esteve antes disponível, mas na sexta-feira, segundo me estão a dizer, estava disponível, muito antes das quarenta e oito horas que são exigidas, porque entendo que é um documento denso, muito técnico, e dessa forma, eu pedi aqui à Dra. Sónia para estar aqui presente, para alguma dúvida mais técnica que queiram colocar, ela poder esclarecer os Srs. Deputados Municipais. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 8. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sobre este ponto, queria apenas dar uma sugestão à Câmara, que é o seguinte: há muitos subsídios concedidos a instituições, a associações, etc., mas, depois, parece-me que há muita opacidade por aí, e há muitas críticas, e há muitas interrogações, se são dados para isto, só para amigos, ou coisa parecida, há muitas. Ora bem, eu acho que a Câmara só devia conceder subsídios a instituições e associações que anualmente publicassem as suas contas, e que se pudessem ver. É que eu procuro, procuro nos jornais, não vejo contas publicadas de muitas instituições, nem de associações nenhuma, procuro nos sites da internet, isto e aquilo, e eu penso que a única que encontrei lá até hoje foi do Lar do Larinho, de 2018, porque a partir daí também ficaram. -----  
De maneira que é a sugestão que eu deixo à Câmara acerca deste ponto, e que acho que é de elementar proveito para a própria Câmara, para evitar essas críticas e essas coisas negativas.--

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão, faça favor de se pronunciar. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Não podia deixar de estar de acordo com o Sr. Deputado António Júlio, relativamente às associações e outras entidades que recebem fundos públicos, mas também acho que a Lei prevê que elas devem apresentar o plano de atividades e o relatório de contas, caso sejam alvo de financiamento público, e concordo consigo, devem tê-las publicadas nos seus sites. -----  
Em anteriores votações do Orçamento, mostrando sempre o meu desagrado a esses Orçamentos, referi que neles faltava o investimento do Parque da Junqueira, referimos que faltava o investimento privado, mas o que importa é que hoje estamos aqui a discutir o de 2021.-  
Quando iniciamos uma declaração de voto sobre o documento mais importante para cada ano civil de um mandato autárquico, procuramos sempre averiguar se o documento responde a vários problemas que cada um de nós verifica no seu bairro, na sua aldeia, ou até mesmo na sua área de saber profissional. Em suma, um documento de carácter objetivo, que pode sempre ter interpretações subjetivas no que diz respeito às suas metas. -----  
Nesta plataforma de perspetivas, podemos aferir que os Presidentes de Junta verificam que a obra que pretendem implementar nas respetivas freguesias está plasmada no Orçamento. As pessoas com especialização nas áreas da educação, da cultura, do desporto, entre outros, verificam se o projeto que pretendem implementar está salvaguardado no documento que visa as prioridades do concelho. As associações de índole desportiva, agrícola, cultural e de associativismo jovem ou empresarial, verificam se a nível financeiro as suas respostas estão também plasmadas no Orçamento. Paralelamente, podemos verificar se o documento responde às necessidades globais do concelho a nível social, económico, assim como da importante sustentabilidade da dívida, e se o mesmo é sobreorçamentado ou suborçamentado. -----

Quando se analisa um documento desta natureza, as premissas que coloco são sempre orientadas da seguinte forma: votaria contra um Orçamento que não assegura o investimento crucial para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente no aspeto educativo, cultural, social, desportivo e associativo. Votaria contra um Orçamento que não assegura o investimento em infraestruturas consideradas essenciais para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente na área das acessibilidades, da segurança, da Proteção Civil, do ambiente, da saúde, da educação, do saneamento. Votaria contra um Orçamento que não assegura a sustentabilidade da dívida. Votaria contra um Orçamento que não assegura, de acordo com a minha visão, os parâmetros fiscais essenciais para a manutenção das empresas locais. Votaria contra um Orçamento que não defende a atração de investimento privado no Concelho de Moncorvo. Votaria contra um Orçamento que não privilegia a interação das pessoas com os eventos culturais organizados pelo Município. Votaria contra um Orçamento que não assegurasse de forma vinculada os investimentos plasmados nas tipologias dos domínios temáticos do Portugal 2020. Votaria contra um Orçamento que não ajudasse as Juntas de Freguesia e as suas aldeias. -----

Mas, é primordial que este Orçamento assegure as verdadeiras necessidades das instituições de apoio social, e que permita às mesmas realizarem os investimentos essenciais de adaptação em tempos de pandemia, mas que simultaneamente assegure a resposta à terceira idade, à deficiência e às pessoas socialmente vulneráveis. Estas instituições representam não só uma importante ação junto dos respetivos utentes, mas contribuem também para a manutenção de postos de trabalho e geram impacto económico nas nossas aldeias. Portanto, é primordial que o Município e as Juntas ajudem estas instituições. -----

Com um ano de 2021 com uma forte incidência da pandemia Covid, e com uma potencial terceira vaga da pandemia, é importante que o Orçamento responda de forma crucial, em articulação com a ULS, farmácias e os principais agentes diretos no combate a esta pandemia, que são os Presidentes de Junta. Num ano de 2021, que será de operacionalização da campanha da vacina, é importante assegurar uma boa relação entre todos, para que essa campanha decorra de forma tranquila e assegure a todos os Moncorvenses o respetivo acesso à vacinação. -----

Na área empresarial, e já em 2020, votámos com mais de 95% dos votos a favor para que os empresários que realizam a sua atividade em espaço do Município vissem a sua licença de utilização do espaço ser aumentada por doze meses, o que, juntos, conseguimos. -----

Em dezembro deste ano, vimos que o Executivo apresentou um voucher para as compras de natal, o que se repercutirá no Orçamento de 2021, e esta medida é plenamente importante para as empresas locais, visto que pode contribuir para a atração dos Moncorvenses em adquirir as respetivas prendas de natal no comércio local e tradicional. É verdade que este tema gerou alguma discussão nos jornais regionais, no que diz respeito aos montantes. Mas, obviamente

que esses montantes são, por si só, subjetivos. Serão 30.000€ suficientes? Serão 50.000€ suficientes? Mas, como a medida é de 30.000€, exigimos mais. Neste campo, importa realizar uma análise aos Municípios portugueses e o tipo de ajudas que prestaram neste tipo de voucher. A título de exemplo, temos o Município do Porto – repito, o Município do Porto – que ajuda com 300.000€; o Município de Vila Flor, aqui adjacente, com 18.000€; o Município de Faro, com 60.000€. Mas, podemos ainda referir que os 30.000€ que o Município aplica nesta medida foram também o valor da receita cobrada líquida ao nível da Derrama no ano de 2019, e esse nível de Derrama nem foi cobrado aos potenciais beneficiários desta medida. -----

Estas formas que os Municípios encontraram de apoiar as empresas locais são essenciais para a manutenção de postos de trabalho, e contribuem diretamente para o aumento da tesouraria das mesmas, sendo um foco de receitas adicional que merece apoio essencial e consensual. Se queremos ajudar diretamente as empresas, foi com medidas que aprovámos – e lembro que o Sr. Vereador André Evangelista apresentou também, já em 2018, a isenção da Derrama, e nós propusemos aqui nesta Assembleia, e foi discutido, e todos juntos aprovámos, para o próximo ano, para que houvesse essa isenção. -----

Deixo aqui, então, o desafio ao Município, que é que com as royalties que potencialmente irá receber do projeto de minério e do Parque Eólico (que está localizado em Sines), para além de criar os programas de apoio social, contribua também com criação de fundos para ajudar as empresas, e sobretudo os jovens, a fixarem-se no nosso concelho. -----

Depois, e considerando os principais investimentos plasmados no Orçamento, é importante realçar que este Orçamento e respetivo Plano Plurianual reforçam o seguinte: o investimento na transação digital, o investimento na educação – no qual se destaca a obra mais importante, para mim, deste Orçamento, que é a Escola Dr. Ramiro Salgado – o investimento nas áreas da saúde, apoio e ação social, no desporto, nas Juntas de Freguesia, no turismo, no urbanismo, na segurança e na Proteção Civil, um investimento crucial no Programa “Primeiro Direito”, um investimento na cultura, um investimento na componente ambiental, e a importante redução do endividamento. -----

Como disse no início, em anteriores votações mostrei sempre o meu desagrado, e mesmo assim votei no sentido da abstenção, porque primeiro estão os Moncorvenses. Obviamente que podemos não concordar em 100% com o documento, mas podemos concordar em 90%, ou 95% dele. -----

Na minha opinião, é primordial, em ano de combate a uma pandemia, que sejam asseguradas todas as possibilidades orçamentais para o Executivo Municipal, assim como sejam disponibilizadas as verbas para a execução e término dos projetos em anos N+3 – ou seja, na transição final de quadro comunitário. -----

Sabemos cada vez mais que muita da obra e orientação política dos Municípios surge dos parâmetros, regras, tipologias e despesas elegíveis oriundas das estratégias regionais dos fundos comunitários, pelo que é imperativo que o Município aproveite e execute estas verbas, e para isso precisa de garantias, garantias de todos nós. -----

Quando se realiza uma leitura a um Orçamento, não é porque não somos eleitos por um lado ou por outro que devemos ser previamente a favor, ou previamente contra. Devemos ter uma posição que favorece a vila, as freguesias, as aldeias, e sobretudo as pessoas do concelho. ----  
Perante a minha análise, irei votar a favor deste Orçamento, porque primeiro está Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora bem, 2020 foi um ano especial, provavelmente o ano mais especial da minha curta existência, com este caso de Covid, e parece que vamos continuar para o ano. E este Orçamento, será que responde a esta excecionalidade? Para mim, é a grande questão. Depois de ver os dados, 1.500.000€ para a parte social, nesta altura, quando é mais preciso o apoio social aos mais desfavorecidos, 600.000€ ao associativismo, as associações são instituições de passagem entre o Estado e o cidadão individual, e 300.000€ para as Juntas de Freguesia, para conseguirem fazer todas as suas obras. A meu ver, parece que responde, e a minha intenção é votar favoravelmente. -----

Mas, tenho uma dúvida muito grande, que é: o Estado vai transferir competências para os Municípios, para as Juntas de Freguesia e para as comunidades intermunicipais. Neste Orçamento, não consegui – se calhar porque não tenho tal competência, mas não consegui ver neste Orçamento acomodado esse financiamento que vai ser exigido ao Município, às Juntas de Freguesia e às CIM's, devido às competências que o Estado vai delegar nestes últimos. Gostava que me explicasse como vai ser acomodado esse investimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Dias. Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Apenas dois esclarecimentos, Sr. Presidente da Câmara, e um diz respeito, de facto, a que embora registemos com agrado a continuação e ampliação do investimento na modernização administrativa – é sempre benéfico – a nossa pergunta tem a ver com a implementação, e para quando, do Balcão Único Móvel. -----

Uma outra questão tem a ver – embora já parcialmente respondida num dos pontos anteriores da ordem de trabalhos, e no âmbito do turismo – com a questão que faz referência ao projeto “Moncorvo – Município ECOXXI – Arte Coa Douro Sabor”. E gostaria de saber, mais em pormenor, quais são os objetivos deste projeto – embora parcialmente já os tenha referido. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Eduardo Carvalho. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui, dada a análise de toda a documentação que consta aqui no Ponto n.º 8, gostaria de colocar aqui uma questão. Sr. Presidente, verifico aqui na pág. 41 e 42 no documento, no Ponto 6, a informação relativa às relações das responsabilidades contingentes, com um total de nove processos judiciais em curso, e apenas o último é perceptível no que concerne ao assunto. A que se referem os restantes oito? Pode fazer o favor de nos esclarecer? -----

Uma segunda questão, que tem a ver aqui com a contratação pública e com o Mapa de Pessoal que é apresentado. Verifica-se que algumas vagas têm sido preenchidas, também na sequência da proposta de abertura de concurso para os precários e outros elementos que já estão afetos à Administração Pública – e bem, que nós tínhamos aprovado em sessões anteriores aqui da Assembleia. Mas, relativamente aqui a esta questão, tem a ver mais com a informação disponível no site do Município. Existem lá vários concursos, nomeadamente concursos que estão abertos e ainda não estão como concluídos, mas estão em fase de procedimento, e verifico que existem informações díspares. Eu estive a verificar e, por exemplo, aqui no recrutamento de cargo de direção intermédia – 3.º grau, consta, realmente, o aviso publicado em Diário da República, o aviso de dirigentes, as atas, que vão desde a primeira até à última ata do processo. Depois, verifico que noutros processos – por exemplo, no procedimento de concurso a termo dos animadores e das auxiliares, só aparece, realmente, a publicação no Diário da República, lista de ordenação final. Aqui, se calhar, não é comparável – eu também não tive a possibilidade de verificar esta questão de forma exaustiva – mas, por exemplo, num concurso que me parece semelhante, que é a abertura de procedimento para provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau – e falamos aqui em cargos dirigentes, importantes na estrutura do Município – apenas aparece o aviso em Diário da República e a Ata n.º 1. E eu pergunto o porquê de alguns procedimentos se apresentarem incompletos, impedindo dessa forma o escrutínio público da contratação, para cargos tão relevantes na orgânica do funcionamento da autarquia. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar a primeira ronda, o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, relativamente ao Orçamento para 2021, concordo com o Vereador Porfírio Evangelista, quando diz que este Orçamento é mais do mesmo. Realmente, enquadra-se no seguimento dos Orçamentos de anos anteriores, com a preocupação de cumprir com o serviço de redução da dívida, o pagamento a horas ao comércio local, mantendo o apoio social e habitacional, como é exemplo o “Primeiro Direito”, a reabilitação de casas degradadas e o apoio a deslocações de doentes vítimas de cancro. Ainda o apoio à criação de investimento através do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, e da criação do Parque de Acolhimento Empresarial da Junqueira, não descurando o turismo e a cultura, com a continuação da divulgação do concelho, como é o caso das rotas e miradouros, e a abertura do Museu do Castelo – esperemos que em 2021. -----

Realmente, esta é a estratégia, e o fim é mesmo inconfessável, que é o PSD e o CDS manterem o poder em 2021, porque o trabalho foi e será bem feito, com o apoio dos Moncorvenses. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. ----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, estou de acordo com o que disse, completamente de acordo, e todas as associações que recebem subsídios públicos e fundos públicos entregam na Câmara Municipal, até ao dia 19 de março, tudo o que são contas e prestação de contas deles, senão não têm direito a estar lá. Por isso, se quiser e tiver um bocadinho de tempo, poderá consultar de todas as instituições que aqui estão, tudo o que foi entregue na Câmara Municipal. Quanto a como é que será acomodado o montante das novas competências: pois, nós não sabemos quanto é que é o montante. Deixámos aqui rubricas na receita e na despesa abertas, mas sem termos valores. Estão abertas, para sabermos qual será o envelope financeiro, ou se não haverá um novo adiamento. Vamos ver. -----

Sr. Deputado Eduardo, o Balcão Único Móvel já foi o que fez toda a vacinação antirrábica no concelho, já foi com uma equipa do Município, com a médica veterinária, e já fez toda a campanha antirrábica este ano, já está a funcionar. -----

Os processos, Sr. Deputado, como saberá, não consigo dizer-lhe quais são os processos, mas os serviços enviar-lhe-ão por e-mail, se assim o entender, todos os que são, e a que respeitam. Sei os últimos, porque foram os últimos que recebi: um tem a ver com o busto do Campos Monteiro, que é uma ação popular que tem um nome próprio, busto do Campos Monteiro, e o outro tem a ver com uma ação que a empresa que construiu os muros de Gavião, onde estava



Edmo

uma família cigana, por baixo da casa da Vereadora Maria de Lurdes, intentou, porque acha que tem trabalhos a mais – eu nem me lembro já de aquele muro ter sido feito, mas há de ter sido para aí em 2011. Esses são os últimos que sei. Os outros, não sei aqui de cor, como é óbvio, mas os serviços, se fizerem o favor, anotam e enviam para o Sr. Deputado, para ter conhecimento do que se trata. -----

A questão dos concursos, eu pediria ao Sr. Chefe de Divisão Administrativa para se poder dar aqui um esclarecimento, porque, sinceramente, não estou nos concursos. E, portanto, se o Sr. Chefe de Divisão puder dar um esclarecimento, agradecia, no final. -----

O projeto tem a ver com a tal ligação dos Lagos do Sabor até ao Côa, basicamente é isso. E o que está aqui previsto é o lançamento do projeto, e a contratação da empresa que o fizer. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, então, de responder sobre a questão dos concursos. --

-----**O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal (Dr. Eduardo Dixo):** Bom dia. -----

Era só para dar conhecimento de que eu tenho que verificar essa situação, porque, normalmente, quando os júris do procedimento terminam o respetivo procedimento, é enviado para publicação. E vou verificar o que é que se passa, porque eu não tinha conhecimento de que não tinha sido feita a publicação. -----

De qualquer das maneiras, há um conjunto de procedimentos que terminaram agora, recentemente, e em princípio até ao final do ano deve estar tudo publicado na página do Município. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. -----

Vamos, então, passar à segunda ronda de discussão. Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, Sr. Presidente, revela algumas preocupações ao nível da recuperação de trajetos e percursos antigo, do Peredo, do Coa, daquela zona. Já agora, fica a saber que há um caminho chamado Caminho dos Almocreves. Mas, ainda não vi preocupação nenhuma – e o senhor, é uma zona que conhece bem, porque é na freguesia onde reside, que é na Açoreira, que há a Rota dos Moinhos de Água. Nunca ouvi do Sr. Presidente da Câmara nenhuma preocupação sobre isso. E essa zona, a zona da ribeira, era uma zona onde existiam, provavelmente – não tenho bem a certeza – cinco ou seis moinhos, que as pessoas viviam lá, tinham lá a sua vida, vinham depois trazer a farinha, etc. Nunca vi nenhuma preocupação do Sr. Presidente a esse nível, nem vejo aqui plasmada qualquer coisa – já falou sobre isso, já falou

aqui várias vezes, mas não vi nada sobre isso. E há já em vários concelhos zonas completamente transformadas e a receber gente, porque, de facto, aquilo é um património que está ali degradado, está completamente degradado, há lá vestígios, muitos vestígios ainda, ainda estão lá as pedras dos moinhos, e não vi ainda nenhuma preocupação do Sr. Presidente sobre isso.-- E há provavelmente em outras freguesias outras zonas que podiam ser completamente recuperadas e reabilitadas para o turismo de natureza. -----  
E já agora, há no Peredo outra zona também, não com moinhos, mas com uma zona de socalcos em pedra, antigos – que eu posso, depois, indicar qual é a zona – que, de facto, merecia uma atenção sobre a sua viabilização para o turismo de natureza – que, hoje em dia, parece que é o que vamos ter, e as pessoas estão fartas já de cidades, e de praias, e, de facto, nós podemos ter aqui uma oportunidade. Mas, não vejo o Sr. Presidente com preocupação nenhuma nesse sentido, quando o Sr. Presidente vive na Açoreira, passa todos os dias na ribeira, ou pelo menos todas as semanas, e ainda nunca lhe ouvi palavra nenhuma sobre isso. E aqui no Orçamento, parece que não há, penso eu, nenhuma rubrica específica para esse fim. -----  
É uma chamada de atenção que o Sr. Presidente deve levar muito em conta neste próximo ano, porque, de facto, a ribeira de Peredo e Açoreira tem um potencial grande para ser recuperado.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** A questão é sobre o associativismo, disse que só receberiam subvenção pública se tivessem o relatório de contas e o plano de atividades entregue no Município. Eu gostava de perguntar ao Executivo se era possível também juntar a essas exigências a lista de sócios pagantes, as atas de tomada de posse e de eleições dessas mesmas associações, porque a maior parte dessas associações, mesmo que tenham esses dois documentos, ou são fantasmas, ou uma associação quase unipessoal, algumas delas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Após ouvir a intervenção do Sr. Deputado Luís Dias, não posso olvidar a gravidade das afirmações que prestou, e por isso acho que para um melhor entendimento e o cabal esclarecimento de quais são as associações, e os documentos que estão na posse do Município, que o Sr. Presidente referiu, que possam ser enviados para os membros desta Assembleia, para ficarmos todos esclarecidos sobre qual é o relatório de atividades e o orçamento dessas instituições. -----

Questionar também aqui o Sr. Presidente, ainda ao nível da intervenção que fiz anteriormente, relativamente aos processos contingente, o Sr. Presidente só se recorda dos últimos dois, acho estranho, porque existe aqui um contrato de 149.000€ por ajuste direto, mais IVA – que foi a situação de que falámos há pouco – à firma Abecassis, Moura, Marques & Associados, com sede fora do concelho, e que está inscrito no portal Base.Gov. Então, com que finalidade é que foi celebrado esse contrato? Gostaria desse esclarecimento. -----

E verifico aqui também, uma vez que o Sr. Presidente, aproveitando que está à frente da Associação de Municípios do Douro Superior, que com essa mesma entidade, no dia 6 de junho de 2019, foi também celebrado um contrato de 90.000€. Se me pudesse também esclarecer por que é que essa Associação de Municípios o fez. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado João Pavão prescinde. Dou a palavra, então, ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre as questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, eu não percebi, disse-me que a sociedade de advogados era de fora do concelho? Foi isso que disse? Não percebi. Pois, tem razão, é que foi o Eng.º Aires Ferreira que a contratou. É só para saber que eram estes advogados que trataram da questão do helicóptero para os doze concelhos, são os mesmos. Portanto, nós não fomos contratar ninguém diferente, eram os mesmos. E pagámos os honorários em dívida com a questão do helicóptero. Portanto, até aí, não fomos buscar ninguém de fora, era quem já estava a trabalhar com o Município, e os processos que decorreram mantiveram-se. -----

Para lhe dizer, quanto à Associação de Municípios, terá que ir à Associação de Municípios perguntar. A Associação de Municípios são sete Municípios; não é aqui na Assembleia Municipal, são sete Municípios. E de certeza que lhe darão o porquê de terem sido contratados. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, a Rota dos Almocreves é uma das que está no tal projeto das pontes, é uma das que está lá nessa rota. -----

Na Rota dos Moinhos da Açoreira, efetivamente, eram nove os moinhos que existiam, um ainda está com todas as pedras necessárias, não dentro, mas na ribeira, ainda está lá. Agora, eu estava aqui a falar com o Sr. Vereador, e quando foi feita – porque existe aqui uma rubrica, que no plano é 2016.7 – foram contactados todos os Presidentes de Junta, e deram aqueles que entendiam que eram os mais importantes. E portanto, nós ficaremos aqui com essa anotação da Rota dos Moinhos, mas quando foi elaborado o plano e o projeto, foram todos contactados, naquela que entendem que seria a mais importante. -----

A finalidade da contratação dos advogados é o apoio jurídico nas várias vertentes – não é só nesta, é na elaboração também de contratos, de cadernos de encargos, justificações dentro do Tribunal de Contas, e nos mais diversos órgãos judiciais, obviamente, é para isso que estão a fazer, e numa coisa também importante, que é a advocacia pré-contratual, que é o que faz com que não haja tantas questões em litígio dentro dos tribunais, mas que sejam resolvidas antes da realização dos contratos. Também é esse aconselhamento que está previsto no caderno de encargos e no contrato com essa sociedade de advogados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 8. Como o Ponto n.º 8 tem vários documentos, vamos fazer cinco votações. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade, Fausto Tiago e José Aires) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2021 - Orçamento da Receita”**. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade, Fausto Tiago, José Aires e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2021 - Orçamento da Despesa”**. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade, Fausto Tiago, José Aires e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2021 – Plano Plurianual de Investimentos”**. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados António

Júlio Andrade, Fausto Tiago, José Aires e Maria de Lurdes Reis) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2021 – Plano de Atividades Municipais”**. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade e José Aires) **aprovar os “Documentos Previsionais para o ano 2021 – Mapa de Pessoal”**. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

---

### **PONTO 9 — APRECIÇÃO E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E O SEU ENQUADRAMENTO LEGAL.**

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados: **José Aires (PS)** e **Luís Dias (Coligação PPD-PSD/CDS-PP)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Este ponto, foi solicitado o seu agendamento pelo Sr. Deputado José Aires, em requerimento que me foi dirigido. Eu dava a palavra ao Sr. Deputado, se quiser pronunciar-se sobre o ponto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Na reunião de 29 de junho apresentei requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia solicitando esclarecimentos sobre diversas empreitadas, que de imediato diligenciou o seu envio ao Sr. Presidente da Câmara. Parte da resposta a esse requerimento foi entregue em mão pelo Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Presidente da Mesa na reunião seguinte, no dia 25 de setembro. Como estava incompleta, voltei a requerer novamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal os elementos em falta. -----

Entretanto, passaram quatro meses para obter resposta integral aos esclarecimentos solicitados. Por essa razão, só agora pedi o agendamento da documentação enviada pelo Sr. Presidente da Câmara para apreciação por esta Assembleia Municipal, no âmbito das competências próprias deste órgão, de acompanhamento e fiscalização – Lei n.º 75/2013, cujo Anexo I estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, art.º 25.º, n.º 2, alínea a). -----

Sr. Presidente da Câmara, na sequência da minha intervenção sobre a derrapagem sistemática dos prazos contratados, verificada em diversas empreitadas levadas a cabo por este Executivo, no âmbito do Código da Contratação Pública, com o tempo que demorou a disponibilizar a documentação, não me deu muito tempo, mas tentei fazer o meu melhor. Confesso que a tarefa

*[Handwritten signature]*  
/h.  
Pedro

se veio a revelar complexa, face às incongruências e incorreções detetadas. Na generalidade, pode ver-se que todas as empreitadas ultrapassaram o prazo contratado, algumas tiveram início antes da outorga do contrato e até há uma em que o contrato foi assinado no dia anterior à adjudicação. -----

Para uma melhor perceção do que acabei de dizer, passemos à análise dos dados fornecidos por V. Exa., pretendendo um esclarecimento às seguintes questões: Museu do Castelo, obra iniciada em 14 de julho de 2017, com o prazo de execução de trezentos dias, tem como data de conclusão 25 de novembro de 2019. -----

V. Exa., nas suas informações escritas a esta Assembleia, ainda na reunião de 28 de fevereiro, dava nota de que a obra estava em execução, ou seja, passados os trezentos dias da data de conclusão, mil cento e trinta e quatro dias contados desde a data de início a obra ainda continuava em execução? E pelo que podemos constatar *in loco*, ainda continua. -----

A 10 de dezembro de 2019, numa reportagem à Local Visão, o Sr. Vereador que tem o pelouro do Turismo e Obras Públicas apresentou a criação de pacotes turísticos e património do concelho e anunciou dois passeios: o Passeio pelo Património, cuja rota integra o Museu do Castelo, e o Passeio no Tempo, Núcleo Medieval, que termina no Museu do Castelo. Os turistas que visitaram o nosso concelho e quiseram experienciar tais pacotes vieram ao engano. Quais os motivos que levaram a tão grande atraso, e para quando está prevista a sua conclusão e abertura ao público? - Aproveitamento do interior da bancada do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho: esta obra, com a data de início a 5 de dezembro de 2017 e conclusão a 2 de maio de 2018, perfaz cento e quarenta e oito dias de prazo de execução, embora nos dados fornecidos por V. Exa., esta obra tenha como prazo de execução cento e oitenta dias. Mas, afinal, o que está errado? O prazo ou a data? Obra inaugurada no passado dia 19 de outubro, passados mil e quarenta e nove dias sobre a data do início quais os motivos que levaram a tão grande atraso? -----

Reabilitação do Mercado Municipal: da mesma forma, esta obra, com a data de início a 17 de novembro de 2018 e conclusão a 23 de dezembro de 2019 totaliza quatrocentos e vinte e cinco dias de prazo de execução, valor diferente dos trezentos e sessenta e cinco dias referidos na informação disponibilizada. Na sua informação escrita a esta Assembleia, na reunião de 29 de junho de 2020, dava conta de que a obra se encontrava em execução, ou seja, passados cento e oitenta e um dias após a data da conclusão mencionada. Mais uma vez, os dados não coincidem. A que se deveu tal atraso? -----

Reabilitação do espaço público do Montesinho: obra com data de início a 20 de fevereiro de 2019, prazo de execução de cento e oitenta dias e com data de conclusão a 18 de agosto de 2019, ainda se encontrava em execução no final de junho de 2020, conforme a sua informação escrita a esta Assembleia, de 29 de junho, ou seja, passados trezentos dias da data de conclusão. Quais os motivos que justificam o atraso verificado, e qual o prazo suplementar dado?

Reabilitação do edifício existente no Parque Verde da Quinta da Judite, Casa de Chá: Sr. Presidente, será que estou a ver bem? Esta obra teve início três meses antes da assinatura do

contrato? A obra foi iniciada em 25 de fevereiro de 2019 e o contrato assinado a 21 de maio de 2019? Concluída em 16 de dezembro de 2019, foi depois suspensa e o prazo prorrogado. Ainda no fim de junho estava em execução, de acordo com a sua informação escrita, presente à reunião de 29 de junho, passados cento e noventa e seis dias da data de conclusão. Que trapalhada... Não me diga que é alguma rasteira para ver se me chumba outra vez? -----

ETAR Cabanas de Baixo, integração do SAR da Foz do Sabor: já esta obra, com data de início a 1 de fevereiro de 2019 tem data de conclusão a 25 de abril de 2019. Então, a obra foi realizada em oitenta e três dias? É que o prazo de execução é de quatrocentos e cinquenta dias e ainda na sua informação escrita à reunião de 29 de junho a obra ainda estava em execução, ou seja quinhentos e quarenta e cinco dias desde a data do início. São só informações contraditórias e incorretas... -----

ETAR da Lousa: obra contratada em 13 de dezembro de 2018, com quatrocentos e cinquenta dias de prazo de execução, só começou um ano depois, em 14 de dezembro de 2019 e teve a sua conclusão oitenta e um dias depois, em 5 de março de 2020. Mas ainda na reunião de 29 de junho, o Sr. Presidente dava conta de que a obra estava em execução, ou seja, passados cento e dezasseis dias, contados desde a data de conclusão. Quais as causas que levaram ao atraso do início da obra? -----

Reabilitação do espaço público do centro histórico: mais uma obra que teve início antes da outorga do contrato. Com data de início a 15 de abril de 2019 o contrato só foi assinado no dia 28 do mês seguinte, a 28 de maio de 2019. Com o prazo de execução de trezentos dias tem como data de conclusão o dia 10 de abril de 2020 mas ainda não está terminada. Ainda na reunião de 25 de setembro, o Sr. Presidente informava que a obra estava em execução. Quais os motivos que justificam tal atraso na execução dos trabalhos? -----

Hortas comunitárias: mais uma obra que ultrapassou o prazo. Na reunião de 29 de junho passado, o Sr. Presidente dava conhecimento de que a obra estava em execução, passados setenta e sete dias sobre a data de conclusão, 13 de abril de 2020. -----

Centro Interpretativo da Cultura Judaico-Marrana: obra iniciada a 26 de setembro de 2019, com o prazo de execução de duzentos e quarenta dias, tem como prazo de conclusão o dia 22 de maio de 2020. Na última reunião desta Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de setembro, o Sr. Presidente dava conta de que a obra se encontrava em execução, ultrapassando em cento e vinte e seis dias a sua data de conclusão. Ainda à data desta Assembleia Municipal, encontra-se com 50% a 60% de trabalhos realizados. -----

Drenagem de águas residuais do Bairro da Estação: obra em que o prazo de execução duplicou. Com data de início a 22 de dezembro de 2018 e prazo de execução de sessenta dias, a data de conclusão é 23 de março de 2019, ou seja, passados cento e vinte dias. -----

Ajardinamento dos taludes envolventes ao parque de estacionamento da Quinta da Judite: mais outra obra, Sr. Presidente, que teve início antes da assinatura do contrato, que foi assinado no dia anterior à adjudicação. Como se pode ver na conta final, a data de início é o dia 31 de maio



16  
Pedro

de 2017. Não, meus senhores, não estou a brincar, estas afirmações resultam da análise dos dados fornecidos pelo Sr. Presidente. Com o prazo de execução de noventa dias, o prazo final foi de seiscentos e cinco dias, com a data de conclusão no dia 28 de fevereiro de 2019. O contrato foi assinado a 26 de junho de 2017, e passados sessenta e três dias é feito um auto de suspensão dos trabalhos por duzentos e quarenta dias, com que fundamentos legais? – compreendendo o período entre 28 de agosto de 2017 e 25 de abril de 2018, como se pode constatar nos documentos fornecidos. A 23 de abril de 2018, a dois dias de terminar o prazo da suspensão, o adjudicatário envia ofício solicitando a prorrogação do prazo por mais duzentos e setenta e cinco dias, prevendo retomar os trabalhos no dia 5 de novembro de 2018. Passados cento e oitenta e cinco dias, no dia 25 de outubro de 2018, o Sr. Presidente despachou o assunto que é informado pelos serviços nesse mesmo dia e é dado conhecimento ao empreiteiro, também nesse dia. E, contrariamente ao despacho do Sr. Presidente, é elaborado novo auto de suspensão, com início a 25 de outubro de 2018, até 27 de julho de 2019, nele ficando expreso que o adjudicatário prevê dar início aos trabalhos no dia 5 de novembro, dez dias depois de assinarem o auto desta segunda suspensão??? Como explica o Sr. Presidente a sua decisão? -----  
Entretanto, por edital, é dado conhecimento público de que a obra vai ter início no dia 5 de novembro de 2018. Mas, Sr. Presidente, a obra foi realizada estando suspensa? Que confusão... E os fundamentos para as suspensões são as férias da empresa, indefinições de projeto e rearranjos do projeto por parte do dono de obra bem como a dificuldade na obtenção de mão de obra qualificada para a execução dos trabalhos propostos? Trata-se de uma obra de trabalhos de natureza simples de construção corrente, muros em xisto de pequena altura, iluminação decorativa, rede de rega, plantação e ajardinamento da área de intervenção. Quais os rearranjos efetuados pelo dono de obra e onde se localiza o muro de gabiões que consta da empreitada?- Sr. Presidente, e terminarei assim, ou devo dizer Sr. Professor, e digo isto porque fui chumbado na Assembleia Municipal de 29 de junho. Recordo as suas palavras: *“Tudo muito certo do que disse da contratação pública, tudo muito errado nos casos concretos da contratação pública. De zero a vinte, nem cinco tinha para ir a uma oral, por tudo o que disse, para além de errado, não tem a menor noção do que está a dizer.”* Confesso, Sr. Presidente, que não sabia que estava numa sala de aula quanto mais que estava a ser examinado. Mas, dizia eu, como fui chumbado, com considerações que considero ofensivas da minha honra, não pude deixar este assunto em claro e tive que estudar a matéria fornecida por V. Exa. -----  
Termino, citando o Presidente Abraham Lincoln:-----  
- *“Podeis enganar toda a gente durante um certo tempo, podeis enganar algumas pessoas todo o tempo, mas não vos será possível enganar sempre toda a gente.”* -----  
- *“Se quiser pôr à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder.”* -----  
E termino com uma última citação, também do Presidente Abraham Lincoln: *“A demagogia é a capacidade de vestir as ideias menores com palavras maiores”*. -----  
Obrigado. -----



M.  
Pech

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito breve e muito rápido. -----

Muito obrigado pelas citações, que presumo que estejam corretas. O que o Sr. Deputado se esqueceu de dizer é que o ofício chega à Câmara Municipal em 2 de julho de 2020, e o Presidente da Câmara despacha em 4 de julho de 2020 para o Chefe de Divisão, para dar toda a informação ao Sr. Deputado, dois dias depois – ou seja, quarenta e oito horas. -----

E depois, Sr. Deputado, não me querendo alongar em mais nada, devia ter dito também os prazos de prorrogação e os de suspensão. Ficou-lhe mal dizer, por exemplo – e vou aqui a um qualquer, aqui a um que tenha mais incidência naquilo que o Sr. Deputado quis dizer: reabilitação do espaço público do centro histórico. Por quê? Devia ter lido o que o Chefe de Divisão lhe mandou, foi o prazo prorrogado até julho de 2020, e atualmente encontra-se em análise um pedido de prorrogação na CCDR. Mas, por exemplo, Centro de Interpretação da Cultura Judaico-Marrana, foi o prazo de candidatura prorrogado até junho de 2021. Era isto que o Sr. Deputado, também na ética que aqui veio demonstrar, e que eu não lhe retiro em nada enquanto pessoa, era isto que devia ter tido também a firmeza de ter dito, e lido na íntegra os documentos. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se algum dos Srs. Deputados pretende intervir sobre este ponto. Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Quando eu vi o título do ponto, eu pensei que era o Município a tentar autopromover-se, porque o que eu vejo aqui é obra feita. Se demorou mais tempo, falhou o prazo, há incongruências na data de início, na assinatura do contrato – eu vejo a obra feita. Pronto, o Sr. Presidente já está a fazer a campanha para as próximas eleições, foi o que me pareceu. Só depois é que vi que era o requerimento do deputado José Aires, e são pertinentes todas as suas questões processuais, mas os meus parabéns ao Executivo pela obra feita. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Sr. Presidente, as suas informações escritas apresentadas a esta Assembleia certamente que se baseiam nos relatórios feitos pelos diversos serviços do Município, onde são elencadas as atividades desenvolvidas ao longo do tempo. É lamentável que os responsáveis dos serviços lhe transmitam informações contraditórias, como já tive oportunidade de expor na minha intervenção anterior. As explicações prestadas por V. Exa. não são esclarecedoras, ficando no ar muitas interrogações que importa deslindar. Os erros e a falta de rigor nas respostas dadas expressam

*14.  
Pedro*

grande falta de respeito para com este órgão municipal e os Srs. Deputados. Fomos eleitos, somos membros de pleno direito, e estamos cá para fazer uso da nossa competência: o acompanhamento e fiscalização do Executivo Municipal. Trata-se de matéria de grande responsabilidade cuja legalidade importa apurar, que vincula os membros desta Assembleia, que não podem fazer-se de desentendidos. -----

Por essa razão, irei apresentar requerimento à Mesa da Assembleia solicitando documentação das empreitadas contratadas no âmbito do CCP para o seu cabal esclarecimento, esperando da parte do Município a devida diligência e assertividade. -----

Termino, lançando-lhe um desafio, Sr. Presidente: proporcionar aos membros desta Assembleia Municipal uma visita à obra do Museu do Castelo, no fim desta reunião, para podermos apreciar a obra feita. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. Prescinde? Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esse desafio, tinha-o lançado eu, para poder ir lá ao Museu do Castelo, até lhe disse que estava uma obra de arquitetura excelente. O repto foi-lhe lançado. -----

E quanto às obras, foi logo disponibilizado, até na sua disponibilidade, na vinda de Coimbra a Moncorvo, para ir aos serviços ver o que queria. Até foi pela sua comodidade, no dia em que quis, e no dia em que estava cá. Portanto, não venha dizer que escondemos o que quer que seja. -----

E terei todo o gosto, se o Sr. Deputado quiser, em chamar o Chefe de Divisão, e ele esclarecerá, e colocaremos aqui a questão, se é incompetência do Chefe de Divisão no que fez, e incongruência. Colocaremos assim a questão, que foi o Sr. Deputado que a fez, e ele terá que esclarecer, à minha frente e à sua. Também está o repto lançado, se o aceitar, e veremos todas as obras, as que quiser. Está aceite. -----

Sr. Presidente, já agora, só uma pequena coisa. Dizer que o próximo ponto não tem a ver com o Executivo Municipal, e como não vou intervir, o Município tem uma pequena oferta para todos os Srs. Deputados Municipais, que será entregue ali, à saída. -----

---

---

**PONTO 10 – MUNICÍPIO DE VINHAIS – MOÇÃO CONTRA A FALTA DE LIGAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE MACEDO-VINHAIS-GUDIÑA.** -----

---

---

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Já sabem que Macedo e Vinhais defendem uma ligação à autoestrada e à rede de caminho de ferro, e portanto, eles consideram que o Plano Nacional de Investimentos 2030 não contempla essa alternativa, essa hipótese de construção. Como tal, têm essa moção que nos fizeram chegar os dois Municípios, e que os Srs. Deputados provavelmente já leram, e podem também pronunciar-se, se acharem por bem. -----

Só para esclarecer, os Municípios de Macedo de Cavaleiros e Vinhais aprovaram esta moção, contra a falta de ligação transfronteiriça entre Macedo – Vinhais – Gudiña. Enfim, aqui é sermos um pouco solidários com os nossos vizinhos. Evidentemente que há sempre aqui o eterno problema da ligação da Sanabria via Bragança, esta ligação via Macedo – Vinhais – Gudiña. Evidentemente, há sempre que saber para onde é que vai, esperamos é que com esta divisão, o Governo tenha um bom pretexto para não fazer nenhuma. Mas, isso é um aparte. -----  
Faça favor, Sr. Deputado? -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É o seguinte: eu penso que esta estrada também nos vai beneficiar, vai-nos permitir uma ligação mais fácil àquela região de Vinhais. Acho que nós, transmontanos – eu, pelo menos, considero-me transmontano, e gosto muito daquelas terras, e de viajar para Vinhais, e para a fronteira norte. Por isso, voto muito a favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----  
Mais alguém quer intervir, antes de passar à votação? Só dizer que eu concordo totalmente com o Sr. António Júlio – aliás, espero que façam esta ligação, que façam a de Bragança por Sanabria, e já agora, também a de Quintanilha, que está lá a autoestrada, e nunca mais os espanhóis fizeram a ligação, que também a concluem. Por mim, tudo bem. Eu só tenho um receio – mas, é o meu, e perdoem-me este aparte: é que com estas divisões, estas tantas opções, seja um bom pretexto para o Governo não fazer nenhuma, e diga assim: “Primeiro, entendam-se, e depois nós fazemos.” Eu só espero que não aconteça. Mas, de qualquer forma, eu apoio totalmente esta moção, como não poderia deixar de ser. -----  
Então, vamos votar a moção. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da Moção e deliberou por unanimidade, apoiar a mesma.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----



H.  
Redis

\*\*\*\*\*

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que está tudo por hoje. Desejar-vos umas boas festas.-----

-----**O Deputado José Aires:** No final da minha intervenção lancei esse repto que, o Sr. Presidente, em resposta a esse desafio, disse que já tinha lançado esse repto também. E pronto, como incluía todos os membros desta Assembleia Municipal, é para saber, então, se vai existir essa possibilidade, se será hoje, se existe uma hora, para nos ser comunicado antes de terminar a reunião? -----  
Obrigado.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, eu já lhe disse, quando quiser, vai lá. Hoje vou para a Assembleia Intermunicipal que vários membros têm, e que já estou atrasado. Disse isto no início, e nem sabia do seu repto. Portanto, se estiver cá de férias, vamos lá quando o senhor quiser. -----  
Deixe-me só desejar um bom natal, porque já estou atrasado, temos a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro. Desejar um bom natal a todos, e às vossas famílias, e que tudo corra pelo melhor, e que o próximo ano seja melhor do que este. -----  
Muito obrigado a todos. Têm uma prenda aí da Câmara Municipal para cada um de vocês. -----  
Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu também desejava a todos umas boas festas, muita saúde para todos.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



---

(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



---

(Pedro Miguel Pinto Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



---

(Lucinda João Afonso Carpinteiro)